



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA
REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL DE 2023

Ata n.º 19

Aos vinte e oito dias do mês de Abril do ano de dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de dezoito de abril, sendo a Mesa Composta por:-----

Presidente da Assembleia Municipal (em exercício): Cláudia Sofia Pais Raimundo; -----

Primeira Secretária: Inês Pinto da Mota de Barbosa Mendonça; -----

Segundo Secretário: José Manuel Guerreiro Vila Nova;-----

e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;-----

PONTO DOIS: Tomada de conhecimento dos apoios concedidos às Juntas de Freguesia do concelho de Albufeira;-----

PONTO TRÊS: Tomada de conhecimento do Relatório do ano de 2022 do Estatuto do Direito de Oposição; -----

PONTO QUATRO: Tomada de conhecimento das retificações efetuadas no Regulamento de Taxas e Outras Receitas do município de Albufeira;-----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos do Concurso Público para "Ampliação da rede de abastecimento de água no concelho de Albufeira"; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Inventário do Património respeitante ao ano 2022; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, dos Documentos de Prestação de Contas do Município de 2022, incluindo a proposta de aplicação de resultados; -----

PRESENCAS: Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Paulo Augusto Funassi, Raúl Manuel Soares Ferreira, Carlos Sérgio Freire Quintino, Inês Pinto da Mota de Barbosa Mendonça, Mónica Filipa Dâmaso Félix Coimbra, Helena Maria Palhota Dias Simões, Domingos Manuel Martins Coelho, Carlos Emanuel Rafael Vieira, Dário Manuel dos Santos Ramos Pereira, Luna Silva, Leonardo Manuel Teixeira do Paço, Luis Matias Afonso, Sílvia Manuela Martins Cabrita da Silva Dias, Carla Alexandra dos Santos Vieira, Cláudia Sofia Pais Raimundo, André Jorge Pardal Milheiro Lima, José Manuel Guerreiro Vila Nova, Carlos Manuel Brito Mendes, Carla Alexandra Sousa Bentes Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de



Água - Indaleta Cabrita, da freguesia da Guia - Dinis Nascimento, de Paderne - João Ruaça e o Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras José Estevão. -----

Faltas: Francisco José Pereira de Oliveira, Margarida Maria Jorge Guilherme e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Paolo Funassi e José Estevão.-----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Cristiano José da Ponte Cabrita, Desidério Jorge da Silva, Victor de Oliveira Ferraz, Cláudia Cristina Dias Guedelha e António Abel Zua Coelho. -----

Havendo quórum (**vinte e quatro presenças**), a Presidente da Assembleia em exercício deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube.-----

Presidente da Assembleia (em exercício): Hoje serei eu a presidir esta sessão na qualidade de Primeira Secretária e em substituição do Presidente da Assembleia Municipal. Gostaria de agradecer a disponibilidade da deputada Inês Mendonça por integrar a nossa mesa."-----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

Ricardo Correia: "Boa noite a todos, efetuei diversas reclamações, duas delas por escrito no livro de reclamações da Piscina Municipal de Albufeira, há mais três meses, do qual ainda não obtive resposta nenhuma. Estou aqui para tentar realçar o estado em que se encontra as piscinas municipais, o jacuzzi esteve encerrado desde o dia cinco de janeiro, só abriu a semana passada, quatro meses encerrado. O tanque de atividades que é a piscina dois, encerrou para reparação no dia oito de abril e era suposto reabrir no dia onze. penso que abriu hoje. Nos balneários dos homens e das senhoras existem chuveiros interditos com fitas vermelhas há mais de três e quatro meses, chuveiros sem fechaduras, sem privacidade, cacifos sem fechaduras, vestuários sem fechaduras, bancos partidos, existem duas saunas do qual estão constantemente fora de serviço. Uma delas encontram-se neste estado a ser utilizado, completamente partida por dentro. Dois banhos turcos que não funcionam, que penso eu, desde mais ou menos dois mil e dezoito ou dois mil e dezanove. Gostaria de efetuar as seguintes perguntas: se existe algum orçamento para a manutenção das piscinas municipais? Se sim, porque é que não está a ser utilizado? Porque é que a direção das piscinas municipais não



responde a reclamações? E gostaria de saber quando é que as reparações podem ficar concluídas." -----

João Bailote: "Boa tarde, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, estou aqui uma vez mais presente para representar a faixa etária juvenil. Gostaria de mencionar dois pontos, um deles, Sea Fest 2023, rebentamos com Albufeira, tivemos homenagem de surf ao Pedro Lima, tivemos música, tivemos artistas que partilharam o palco com um artista nacional, que foi o Carlão, tivemos surf, tivemos sorrisos, tivemos conexão, tivemos skate, tivemos o triplo das pessoas no ano passado, o meu obrigado e obrigado aos jovens, obrigado à Câmara Municipal de Albufeira e à Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. O segundo ponto está relacionado com o meu ambiente de trabalho, que é a Praia da Galé, é na minha opinião uma pedra que precisa de ser lapidada e transformada num diamante, porque realmente temos e como todos nós sabemos os melhores pôr do sol de Albufeira, não é à toa que é a costa mais a oeste que nós temos em Albufeira, daí termos estes lindos pôr do sol. A próxima costa mais a oeste que nós temos é no Carvoeiro, portanto, sugiro aqui um evento que já está a ser pensado e já está a ser desenhado, mas um evento bastante diferente daqueles que já foram feitos, fica aqui a minha sugestão, e estou aberto para a partilhar alguns detalhes. Obrigado."-----

Paulo Guerra: "Aproveitar para cumprimentar o senhor Presidente da Câmara, os demais Deputados, Vereadores e todo o público aqui presente e que nos assiste em casa. O assunto que me motivou a inscrever aqui já foi tratado, e eu não quis deixar de aproveitar a ocasião em meu nome, como presidente da Associação Cura da Alma, como também todos os voluntários que fizeram questão de estar aqui presentes hoje, para agradecer a disponibilidade do Senhor Presidente hoje em me receber, em colocar em causa a reapreciação da nossa mobilidade local, o que iria certamente pôr em causa a viabilidade e continuidade deste projeto de solidariedade social que visa unicamente o bem-estar das famílias que passam mais dificuldades, sobretudo nos tempos que correm, todos sabemos quais são. Esse é o nosso verdadeiro intuito. Queria também aproveitar para parabenizar a organização do Sea Fest, realmente foi um evento extraordinário, não só pela promoção de eventos que trazem artistas locais, mas todas as modalidades que ali estiveram presentes, toda a camada jovem, a nossa camada jovem que ainda somos jovens também que nos reunimos, e já não há muitos eventos aqui em Albufeira que permitem que nós nos reunamos e os poucos que há, este foi um



deles e foi espetacular, porque foi o dia todo, ele disse e com razão, rebentaram com Albufeira, no bom sentido. Agradeço o convite para podermos estar lá presentes, espero que se repitam bastante e em meu nome e em nome de toda a Associação Cura de Alma, o nosso muito obrigado."-----

Francisco Rocha: "Boa noite, senhor Presidente e a todos os deputados, venho aqui com um problema pessoal, eu já em tempos comuniquei à Câmara que para sair de minha casa, sobretudo à noite, tenho uma dificuldade enorme. Quando a minha família comprou a casa na Rua Júlio Dinis, na Oura o trânsito fazia-se no sentido de poente para nascente, quando passou a existir o comboio, talvez por algum problema de ordem técnica, modificou-se o sentido do trânsito e ao modificar o sentido do trânsito obriga-me a isto, quando saio de casa tenho de descer toda a avenida dos bares, toda a rua dos bares, no Verão imaginem o que é. Antes do comboio, vínhamos pela Avenida dos Descobrimentos, descíamos um bocadinho, vinte metros na rua dos bares e entrávamos na rua. Estes percursos (**Doc. n.º 1 anexo a esta ata**) parecem-me bastante elucidativos, em tempos pedi à Câmara que fizesse o favor de verificar esta situação e tentar mudar este sentido, mas nem sequer recebi resposta, daí a minha presença aqui." -----

Artur Correia: "Muito boa noite, excelentíssimo Presidente, Senhores Deputados, Vereadores e público presente. Tenho um bar em frente de casa, moro em Vale Parra, perto das bombas do Abel Carrasquinho. E está ali a funcionar um bar, a pessoa que está a explorar aquilo é um brasileiro, o "caipirinha Men", então aquilo é forró todos os dias. Eu trabalho por minha conta, trabalho na construção, levanto-me cedo e quando chega casa também gosto ter o meu descanso, e não tenho tido direito a isso. Na quarta-feira à noite foi até às cinco da manhã e uma pessoa chega a um ponto. Na mesma casa residem pessoas já de idade, que já não têm a saúde a cem por cento, o meu pai inclusive, já teve princípios de ataques cardíacos e já foi parar ao hospital umas quantas vezes, o sistema nervoso também está na última. Já me queixei à polícia municipal, já mandei um email aqui para a Câmara também, constantemente tenho de telefonar à GNR, eles ultimamente passam e já nem param, porque as pessoas que estão no bar são avisadas quando a GNR passa a música está mais baixo, entretanto, quando a GNR vai embora, eles não chegam a parar, passam por lá e passam para cá e volta outra vez a festa e até de manhã. Queria saber se há alguma coisa que possam fazer, reduzir horário, sei lá, uma fiscalização mais apertada, porque chega a um ponto



que uma pessoa, é o stress de chegar a casa, saber se tenho lugar para estacionar o carro, não ter de estar a chatear com ninguém, inclusive o meu pai e a senhora que está com ele já foram ameaçados, que às vezes metem o carro em frente à porta, eles pedem para não pôr lá o carro e mandam-nos para todo o lado e deixam o carro na mesmo, têm é que largar o carro ali na rua, de qualquer maneira, e ir sentar lá na esplanada a beber a cervejinha descansados. É ver o que é que era possível a câmara fazer para tratar deste assunto." -----

Lisandra Brito: "Boa noite a todos, eu venho hoje aqui mais no sentido desmistificar o que é que é a Cura de Alma, porque já muitas reações correram e acredito que muita gente fala da Cura da Alma mas sem saber o que é que realmente é. Este projeto surgiu há cerca de cinco anos, como um espaço de bem-estar, onde são realizadas de forma gratuita e voluntária palestras motivacionais e de autoajuda para a saúde e o bem-estar e onde prestamos também cuidados de saúde holística de igualmente forma gratuita e voluntária. Temos sim um cariz espiritual, mas nunca associada qualquer religião, credo, seita, seja lá o que for, que pensem, que é, como já ouvi aqui nesta Assembleia, a partir de casa, que seria bruxaria para as pessoas que são mais leigas neste assunto. Apenas na base da fraternidade e da caridade para com todos, e este é o sentido que nos move. Na altura da pandemia, nós não podemos abrir para palestras, então colocámos uma caixa solidária que na altura havia por todo o lado, só que esta caixa, de repente, tornou-se numa loja solidária e começamos a ajudar famílias, começámos em Albufeira, mas rapidamente se estendeu e houve a necessidade de partilhar estes pedidos com outras associações de outras localidades, porque é humanamente impossível naquela altura, conseguir responder como nós fizemos de Sagres a Vila Real de Santo António e a São Marcos da Serra. Neste sentido, cingimo-nos mais aqui ao concelho de Albufeira, é uma associação que teve aquele início assim impulsivo todo movido na fé, e nesta boa vontade de ajudar o próximo, mas depois tivemos de reabrir o espaço, porque a renda não se paga sozinha. Eu tenho quatro filhos, na altura só tinha três, mas é difícil e então tivemos que reabrir a loja e na altura o professor Vítor Ferraz cedeu-nos uma sala na Escola Diamantina Negrão, tivemos lá até outubro, mas foi na altura em que foi substituído os telhados que tinham amianto e tivemos de sair. Foi sugerido uma localização provisória por cima do McDonalds, onde é uma associação que era dividida com o rancho, a Apexa e há um espaço ao lado que é independente, onde está aquela associação, a oralidade do



professor Rui Fim Brasão. Não sei se sabem, mas o senhor não tem casa-de-banho nesse espaço então cederam-lhe a chave do outro espaço e o senhor começou a ir à casa de banho, mas, entretanto, começou a acumular lá caixas, porque a loja dele, pelos vistos, não seria suficiente. Não estou a criticar, estou só dizer o porquê de algumas coisas, então nós entre todos arranjámos uma maneira e remodelamos aquilo tudo. Para quem conhecia o espaço estava degradado, tinha portas partidas, paredes caídas, não havia eletricidade capaz e nós com a ajuda de todos estes voluntários, todos estes e muitos mais que não vieram, porque senão nesta sala não cabiam, não vieram, mas está aqui uma pequena parte a representar toda esta boa vontade. Há quem diga que hoje em dia já não há solidariedade, eu discordo completamente, porque a prova disso é que na nossa Associação sobrevive apenas e exclusivamente com donativos da população de Albufeira e não são pessoas que frequentam só o centro Cura da Alma, mas também pessoas que eu conheço, que sou de Albufeira e a maior parte das pessoas conhece-me e não temos assim um cadastro vergonhoso, por isso mesmo, as pessoas confiam no nosso trabalho e temos dado provas disso, facto é que nas redes sociais sempre que há um pedido de ajuda, é mencionada Cura da Alma, porque nós estamos lá. Houve agora a necessidade de sairmos daquele espaço, mas hoje o Presidente e agradecemos muito a reconsideração da nossa saída, porque sabemos que Ferreiras não é muito longe, para nós que temos carro e que temos facilidade de mobilidade, mas o tipo de pessoas que nós temos, não tem nem carros, nem têm nada para se poder movimentar livremente e este espaço aqui, a verdade é que está central, apesar de não ser o perfeito, porque nós voluntários sabemos o que é subir e descer aquelas escadas, cada vez que temos alguma coisa para entregar, mas fazemos de boa vontade e a única coisa que pedimos ao município é a vossa ajuda para continuar com este projeto. Agradeço também o facto de, nós temos alguns objetivos a nível comunitário, isto tudo no fundo é, promover o bem-estar na comunidade e tentar que toda a gente sinta integrada. Eu até acredito mais que a unidade solidária deveria ter outro nome, que seria uma despesa solidária, porque há pessoas que já foram lá, fazer donativos que depois precisaram e pessoas que precisaram que depois foram devolver assim como as pessoas que lá vão, não vão lá só para ir buscar o cabaz porque têm direito e a seguir vão gastar no café, não. A pessoa vê o que está lá e só levam que é necessário, portanto, eu convido a todos os que quiserem conhecer o espaço e que tenham ainda alguma dúvida, estamos



abertos para vos receber. Obrigada a todos e obrigada também por nos incluírem um bocadinho aqui no rol das associações, apesar de sermos uma associação nova.” -----

Presidente da Câmara: “Boa noite a todos, Senhora Presidente em exercício, cumprimentar a restante mesa, os membros do executivo camarário, bem como todos os Deputados Municipais, assim como todo o público que está aqui hoje presente nesta sala, a quem agradeço a presença e faz falta às vezes vir a determinados sítios ou ser atendido, porque muitas vezes há coisas que se desconhecem. Acho bem que seja clarificadas algumas situações, como foi o caso da Lisandra que falou em nome da Cura da Alma, que acho que é importante essa clarificação. Vou deixar dois assuntos, relacionados com as piscinas e com o ruído pelo senhor vice-presidente, que tem esses pelouros, portanto, depois irá justificar. Mas a questão das piscinas, evidentemente que nós não dependemos apenas da questão das obras, às vezes estão fechados não é por obras, mas é por imposições da própria parte do Centro de Saúde por análises que fazem e às vezes não estão devidamente corretas para se manter abertos, porque há sempre alguém que trata a água menos bem e então acontece que haja esses pequenos problemas que depois a seguir fazem novas análises, é feita uma contra-análise e passado algum tempo abre, nós sabemos, e como digo é o centro de saúde que faz essa análise. Relativamente ao senhor Francisco Rocha, falou na questão de antigamente era fácil ir para casa e agora torna-se mais difícil, porque tem que dar um sentido invertida àquilo que faria em tempos, mas pronto, isto são questões que têm a ver precisamente com o circuito do comboio turístico. Evidentemente que as coisas não tem o fim, podem ser sempre modificadas, sempre alteradas para melhor de toda a gente, tentar arranjar aqui um ponto de equilíbrio, não sei se será o caso, se será muito fácil fazer isso, pode vir a ser, não sei se tem alguma sugestão para isso, temos que tentar equilibrar as duas coisas e eu ia sugerir que um dia destes, que se deslocasse às instalações municipais no Pátio e tivesse uma reunião com a senhora engenheira Fátima Martins, e ela tomava conta dessa situação, era mais fácil para si ou então deixa-me o número de telefone e um dia marca-se consigo e vamos lá ao local. Isso tem que ser visto no local e tem que ser equilibrado com a outra parte. O senhor Artur Correia falou na questão do ruído em frente ao Abel Carrasquinho, no Caipirinha, depois o senhor Vice-Presidente irá também responder neste âmbito, que também tem o pelouro do ruído. Relativamente ao espaço cedido à Associação Cura da Alma e agradeço, como já disse, o esclarecimento e a clareza que a D. Lisandra aqui expôs,



porque acho que é importante, não me cabe a mim nem a ninguém criticar seja aquilo que for em termos de atividade, uma coisa é certa é uma atividade que desenvolvem, é uma consequência de uma causa que foi a pandemia, as necessidades das pessoas, evidentemente que muitas outras entidades surgiram por essa altura, com esse intuito de ajudar as pessoas que estavam ou estão mais carenciadas. Há sempre necessidade de haver este tipo de associações que se dediquem, com carinho a estas causas, por isso, lembro-me que estive um dia com vocês perto do mercado das Areias de São João, a visitar as vossas instalações já há uns dois anos, talvez até foi com o presidente do clube das Areias de São João. Posteriormente, como já disse, foram utilizar uma sala da Escola Diamantina Negrão, claro que não daria porque a escola também não tem espaços assim tão grandes como tudo isso e tantos como tudo isso para poder albergar produtos, neste caso, as roupas e produtos alimentares e então viu-se a possibilidade de haver um espaço que a Câmara pudesse ceder e encontrei aquele espaço, ficou na altura livre. Até porque a Apexa agora acho que já não está, entretanto foram cedidas outras instalações para desenvolver a sua atividade e ficou mais livre. Entretanto tem havido, ao longo deste tempo, algumas situações, conflitos, atritos, digamos sim, com as pessoas da associação da Oralidade, nomeadamente o professor Ruivinho Brazão, que desenvolve uma atividade completamente diferente, mas que merece também a nossa simpatia e a nossa atenção, o nosso carinho perante aquela atividade. Hoje falei com o senhor Paulo Guerra, falámos sobre isso, como havia este conflito, lembrei-me de um outro espaço livre, que estava nas Ferreiras no sentido de se deslocarem para lá para desenvolver esta atividade de apoio às pessoas mais carenciadas, no entanto, atendendo aquilo que me foi explicado e compreendo perfeitamente, tanto da parte das pessoas que são carenciadas e que precisam de ir recolher alimentos ou roupas, tanto das pessoas que vão fazer entrega desses mesmos produtos e agradeço o vosso trabalho, porque o senhor Paulo Guerra falou a questão dos voluntários que estão aqui uma parte apenas, é muito importante a solidariedade, e o voluntariado desempenha um papel extraordinariamente importante. Muitas das pessoas também não valorizam e nem sabem, e ainda bem que vieram cá, para mostrar realmente que há uma força de voluntariado forte e que bom trabalho que tem desenvolvido. Perguntei quantas famílias é que permanentemente estavam a ajudar, falou-me em cerca de trinta e tal, quarenta, o que é um número bastante grande, é como digo nós, a Câmara Municipal não temos capacidade nem de pessoal, a estar



diretamente a apoiar e, principalmente, quando foi a pandemia que ainda foi pior, esta altura também continua a ser uma altura não muito boa, mas nessa altura, se não fosse as entidades IPSS ou Associações de cariz social era muito difícil chegar a muitas famílias, só apenas com a distribuição de um voucher ou dinheiro que o tornaria muito mais difícil, se não fosse as pessoas que tem essa responsabilidade dessas associações, que é um trabalho extraordinariamente importante. A par de outro tipo de associativismo, há três grandes áreas do associativismo, a parte social que aqui tem desenvolvido um papel extraordinário, a parte desportiva e a parte cultural. Estas três áreas são importantíssimas em Albufeira desde há vários anos. Temos um concelho relativamente pequeno, mas há muitos voluntários, o associativismo é extremamente forte, determinado nas suas ações, cada um no seu papel e isso é importante. Para finalizar, é uma associação que nos parece interessante e importante, e como já disse ao senhor Paulo há possibilidade de resolver as questões. Eu para a próxima semana quero lá ir ver as instalações novamente, aquelas lojas não eram do município, mas já são, desde o ano passado. Depois de sair até comecei a pensar, a parte do rancho folclórico também é importante e também tenho acompanhado a atividade que também não têm espaço para fazer os ensaios, aliás, fazem nas instalações do nosso espaço multiusos, mas não tem possibilidade de deixar lá todo o equipamento que é necessário para fazer os ensaios, têm que deixar lá num espaço, coabitar com vocês, mas isso vai-se resolver e vamos ultrapassar essa questão, porque as questões são para ser ouvidas e para ser refletidas e depois para ser adotada uma alteração, ou não, isso agora depende e vamos tentar que essa alteração seja possível, fazendo ali umas pequenas obras, como falámos hoje e falando com a outra associação, penso que fica tudo resolvido. Só para descansar os voluntários e no fundo não queria estar aqui a contrapor nem a confrontar com uma associação de maneira nenhuma, quero é que as coisas se resolvam de uma forma amistosa e de uma forma produtiva." -----

Vice-Presidente: "Boa noite a todos, queria naturalmente cumprimentar quem lá está em casa a ouvir-nos, dizer que é com agrado que vejo esta sala cheia com as nossas associações, com os nossos voluntários, com as nossas gentes das artes da cultura e, portanto, é sinal que estamos a caminhar no sítio certo e, agradeço antes de mais toda a presença da nossa comunidade aqui. Relativamente às piscinas municipais, a questão o senhor Presidente já respondeu de certa maneira, aquilo que se passa com jacuzzi, com a com a sauna, nós, entidade pública, somos obrigados a seguir com rigor, a questão das



análises clínicas e, portanto, o jacuzzi é aberto, a delegada de saúde faz análises e é encerrado por as questões que todos nós entendemos quais são, passa-se o mesmo com a questão da sauna e, é um processo que não nos assiste a nós e, nós temos que zelar, naturalmente, pela saúde pública e é esse o único fator e a única resposta para que, por vezes, o jacuzzi esteja a funcionar, outras vezes o jacuzzi não esteja a funcionar. A questão do tanque tem a ver com aquilo que são as chamadas dores crescimento, mas dores de crescimento no bom sentido. O tanque foi efetivamente alvo de reparação, porque, convém recordar que nós tivemos o orgulho de receber aqui em Albufeira, o campeonato do Mundo de Síndrome de Down de natação. Foi necessário recorrer a uma bancada provisória e houve ali um dano no tanque e, essa é a única razão pela qual o tanque esteve inutilizado. Naturalmente, há uma parte toda da contratação que nós temos de salvaguardar e essa para responder também a alguns pequenos arranjos que é necessário fazer nas piscinas municipais. Porquê? Porque quem acompanha de perto a contratação pública sabe que nós, enquanto entidade pública, temos que, não fazer ajustes diretos, mas fazer, por vezes empreitadas globais, essa é a única resposta que está aqui em cima da mesa, para alguns ajustes que sejam necessários fazer no âmbito das piscinas municipais. Relativamente à questão do ruído, eu tive a oportunidade antes de entrar, falar com o senhor Artur, entretanto, já articulei com o senhor vereador Ricardo Clemente, o que se está a passar naquele estabelecimento, não tinha consciência de que efetivamente havia sequer música ao vivo naquele estabelecimento, nem a dimensão do problema. Segundo sei, a polícia municipal e bem, esteve na semana passada a levantar um auto e, portanto, esse auto está disponível, o que tenho a dizer no seguimento daquilo que foi intervenção do Senhor Presidente, é que naturalmente, amanhã já a polícia municipal irá ao local e irá fazer cumprir com aquilo que é o nosso regulamento do ruído e verificará, naturalmente, se o estabelecimento está devidamente licenciado, em que termos é que está licenciado, qual é o horário de funcionamento e, sobretudo, dar-lhe-emos seguramente, eu em articulação com o senhor Vereador Ricardo Clemente, uma resposta por escrito durante esta semana ou na próxima semana. " -----



Não havendo mais intervenções por parte do público, a Presidente da Assembleia em exercício deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carlos Quintino: "Boa noite a todos, digníssima Mesa na presença e na pessoa da excelentíssima Presidente em exercício, digníssimos munícipes aqui e em casa, primeiro que tudo não gosto de me atrasar, atrasei-me por questões falíveis de um automóvel elétrico, que nunca me tinha acontecido. Esta minha intervenção nesta assembleia é no período antes da ordem do dia, para as pessoas que não têm conhecimento e que estão aqui presentes e que eu saúdo e que também vejo com muito agrado a vossa presença. Este tipo de intervenções são feitas pelos deputados municipais sobre assuntos gerais sobre o município e, portanto, nas mais diversas temáticas, a temática é livre e o assunto que hoje me traz aqui é a segurança em Albufeira e eu trago aqui um documento que, por parte da bancada do PSD/CDS vêm em formato de recomendação ao Governo da República e tem por título Albufeira com mais segurança pública e de emergência e socorro adequados durante todo o ano. Começaria por explicar então o documento e começamos então pela parte dos considerandos, o concelho de Albufeira, como sabem tem registado nos últimos censos dois mil e vinte e um quarenta e quatro mil cento e sessenta e quatro habitantes, mas também todos nós sabemos que nunca temos em Albufeira, e todos os indicadores apontam nesse sentido, menos de sessenta mil pessoas, mesmo no inverno, no inverno puro e duro, e também todos sabemos ou grande parte das pessoas sabe que Albufeira vai aumentando o número de pessoa. A permanência do número de pessoas, consoante aquilo que é a proximidade do verão e que chegamos ao mês de agosto com um número enorme de permanências diárias, cerca de meio milhão de pessoas. Por outro lado, o último relatório do Instituto Nacional de Estatísticas, chamado Estatísticas do Turismo, diz-nos que Albufeira representa cerca de trinta por cento das dormidas nacionais e também que representa quarenta por cento das dormidas do Algarve. Temos aqui uma regra de três simples, chegamos a um valor interessante, que representa cerca de doze por cento de todas as dormidas a nível nacional. Não deixa de ser realmente um número interessante, e dados também do INE, em dois mil e vinte e dois, Portugal teve vinte e dois mil milhões de euros de receitas relacionadas com o turismo, lógico se olharmos aos números anteriores, grande parte destas receitas foram geradas pelo concelho de Albufeira a representar



realmente os doze por cento das dormidas nacionais. Por outro lado, olhamos para os nossos concelhos vizinhos, sem querer estar a citar nenhum em particular e mesmo que esses concelhos vizinhos tenham uma população efetiva semelhante, têm sempre uma muito menor afluência turística. Isso é um facto, e se olharmos aos meios policiais, sejam humanos, sejam materiais, há concelhos destes vizinhos que têm durante todo o ano, uma força de intervenção policial rápida, que marca presença efetiva durante o dia e durante a noite nas zonas de animação noturna e Albufeira não tem. Eu fui ver, e convido-vos a ver o relatório anual da Segurança Interna (RASI) e o concelho de Albufeira foi em dois mil e vinte e dois no Algarve, o segundo concelho algarvio com mais participações criminais registadas. Isto não quer dizer que Albufeira seja insegura, não é isso que está em questão. Albufeira continua a ser um concelho seguro, mas é lógico, quanto maior é o número de pessoas teoricamente maior é o número da possibilidade de termos mais ocorrências, isso é também um facto e infelizmente, nós tivemos muito recentemente trágicos acontecimentos em Albufeira, que culminaram com a lamentável morte de uma jovem de dezanove anos e que, na minha opinião e na opinião da bancada do PSD/CDS e certamente na opinião de muitos de vós que aqui estão hoje, poderia ter sido evitada com uma presença efetiva da polícia naquela rua do trágico acontecimento. Albufeira, neste momento, na nossa opinião e na opinião desta recomendação, está a ser alvo de uma falta de atenção por parte do Governo Central, na matéria de segurança de bens, pessoas e mesmo também dos meios de emergência e socorro. E Albufeira não pode ter a sua imagem de capital nacional de turismo manchada a nível nacional e internacional pela falta de polícias nas ruas, não pode. Isso é absolutamente claro para todos nós, nós sabemos que temos que fazer um esforço para que isso realmente não aconteça. E esta Assembleia pode ter uma palavra a dizer sobre esse assunto. Eu acho que deve ter uma palavra a dizer sobre esse assunto. Eu acho que este documento pode deixar de ser um documento apresentado pela bancada do PSD/CDS e ser um documento transversal, que se faça chegar ao Governo Central no sentido de recomendar ao Governo que tome medidas efetivas já. Albufeira não pode esperar por junho para depois virem os seus governantes pomposamente inaugurar um teórico reforço na segurança, porque vem aí o agosto, Albufeira não pode esperar. Albufeira tem que reivindicar para já, esse reforço, esse reforço policial, com base em todos estes considerandos, recomenda-se ao Governo da República, na pessoa do excelentíssimo Ministro da Administração Interna que quatro



pontos: olhe para Albufeira com olhos de ver na matéria de segurança de pessoas e bens, que disponibilize já no decorrer do próximo mês de maio reforço policial significativo em meios humanos e materiais, com especial atenção para a sua presença diária nas zonas de diversão noturna, durante o horário de funcionamento dos bares e discotecas e durante o horário de fecho que é a hora crítica, que eu já aqui evidenciei desde fevereiro, dos mesmos, nomeadamente na Avenida Sá Carneiro, Norte e Sul, Rua da Vitória, Rua Almeida Garret, Rua e Travessa Cândido dos Reis, no Largo Engenheiro Eduardo Pacheco, na Avenida 25 de abril. Número dois, redimensione os meios policiais e os meios de emergência e socorro humanos e materiais presentes durante todo o ano em Albufeira e redimensione proporcionalmente àquilo que é a importância do concelho enquanto destino turístico e, como vos disse que regista cerca de doze por cento das dormidas turísticas, em termos nacionais e tudo aquilo que isso representa do ponto de vista do gerar da receita, muito significativa para o PIB nacional. Número três que reforce também já no próximo mês de maio, os meios de emergência e socorro em Albufeira, no âmbito das suas competências em coordenação com os Bombeiros Voluntários de Albufeira. E número quatro e não menos importante, que desbloqueie de imediato o processo de requalificação, construção do novo posto da GNR dos Olhos de Água que se encontra por concretizar há pelo menos sete anos, independentemente de todas as démarches, que eu sei que o município tem feito e tem disponibilizado. Nesse sentido, esta é uma proposta de recomendação que eu deixo à consideração da digníssima Assembleia, que proponho a sua admissão, primeiro que tudo, para que a Mesa coloque à votação a sua admissão depois, eventualmente, a sua discussão e a sua votação para que passe a ser uma proposta da Assembleia, toda em formato de recomendação ao nosso Governo da República. Muito obrigado." -----

Paulo Funassi: "Boa noite a todos, a todos os que querem vir morar para Albufeira, queria deixar-vos esta mensagem, Albufeira é o lugar onde tudo pode acontecer, Albufeira é o lugar onde a qualquer um pode se realizar e aqui nesta terra, neste solo, neste paraíso, os sonhos mais incríveis tornam-se realidade. Se Portugal é nossa tela, esta cidade e a nossa obra-prima, olhamos para amanhã e vemos projetos ilimitados esperando para serem realizados. Os nossos sonhos mais brilhantes ainda não são conhecidos. As nossas histórias mais emocionantes ainda não foram contadas. Os nossos maiores eventos ainda não foram feitos, o esplendor da Albufeira apenas começou e com a ajuda de todos, sem dúvida se pode afirmar que o melhor de



Albufeira ainda está por vir. Queria também sublinhar que há três dias atrás se festejou mais um ano de democracia, coincide também o dia com a data da libertação do fascismo na minha Itália, parabéns a Portugal, à sociedade portuguesa e aos partidos que fizeram e fazem de tudo para manter a democracia neste país. Parabéns, PSD, Partido Socialista, CDS aqui representados. Quero também renunciar expressamente a qualquer pretensão de originalidade para encerrar o meu discurso, quero usar uma frase que não me pertence, que é já de todo o povo português, senhores deputados, nunca mais ditadura em Portugal. Muito obrigado.” -----

Domingos Coelho: “Boa noite a toda a Assembleia e boa noite a quem nos ouve lá em casa. Pegando na intervenção do deputado Carlos Quintino, estou basicamente de acordo com a sua ideia, penso que não é proposta, porque estamos antes da ordem do dia, portanto, terá que passar para o ponto seguinte, e só relembrar uma pequena situação é que a montante deste problema que Albufeira tem, também tem a ver com o perfil de turismo que a Albufeira se foi especializando, ou seja, só há problemas de segurança, ou melhor, só precisamos de segurança onde há problemas de segurança. Não é por acaso que os problemas de segurança acontecem em determinadas zonas muito limitadas, ou uma pelo menos, e que agora já está a transbordar, digamos assim, para a baixa de Albufeira. Portanto, a questão do perfil de turismo e de turista que Albufeira se foi especializando, está a montante de todos estes problemas e temos que atuar das duas maneiras, porque por mais polícia que trouxermos nunca há um polícia por cada turista, estamos disponíveis para falar sobre esse documento. Outra questão que gostava de levantar tem a ver com uma intervenção que fiz na última Assembleia e que tinha a ver na altura com a questão do dia Mundial da Água, que penso que tem toda a importância e oportunidade de voltar a falar disso, tanto mais que na altura, o Senhor Presidente disse que isso é uma questão de estado de espírito. Eu penso que se é de estado de espírito, temos que ser mobilizados para além do estado de espírito. Na altura coloquei ao senhor Presidente que medidas já foram tomadas no sentido da poupança de água, e se é possível já, quantificar essa poupança, lembro na altura, à volta do ano lancei aqui duas ideias, uma conduta a partir de Vale Faro para regar toda a zona verde da cidade. O Senhor Presidente até disse que seria uma boa ideia, outra seria um ponto de entrega de água tratada para a construção civil, especialmente as grandes obras públicas e privadas, e volto agora a colocar outra questão, que medidas é que pensa tomar no futuro? Porque toda a gente sabe que a



situação hoje é mais dramática do que há um ano atrás, há menos reservas de água e os gastos de, por exemplo, do mês de Abril, estão a corresponder aos gastos de junho do ano passado, portanto, penso que é de toda a oportunidade e urgência que a autarquia passe a dar, eu diria o exemplo. Por exemplo, ainda hoje passei por uma zona pública que estava a regar a relva a meio da manhã, onze horas, meio dia, penso que não há milagres na questão da água, podemos é com pequenas medidas, muitas, tudo somado, chegar a algum ponto de poupança, porque a questão é esta, parece que está garantida a água durante este ano, mas se tivemos o azar que no inverno não seja chuvoso, ou pelo menos próximo da média, se isso não acontecer para o ano, por esta altura, estaremos, eu diria com água racionada, como já está a acontecer em alguns países da bacia do Mediterrâneo. Obrigado"-----

Carla Vieira: "Boa noite a todos cumprimento em primeiro lugar a Mesa, a Senhora Presidente, hoje em funções, senhor Presidente da Câmara, caros membros e colegas da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, público presente e quem nos ouve em casa. Albufeira Prometida, começa por lamentar a morte da jovem na noite de dezasseis para dezassete de abril, na zona da Oura, o qual manifestamos sentidas condolências à família da jovem e concordamos no geral com a proposta a descrita no documento apresentado à Assembleia e entregue à Mesa por parte da bancada do PSD, contudo, temos que ter noção que existem responsabilidades, é verdade da Administração Central, mas também há medidas a serem tomadas pela Administração Local e, por isso, questionamos se o executivo teve alguma intervenção junto do MAI na decisão de encerramento do espaço noturno onde ocorreu esta situação? Ainda relativamente à insegurança, o senhor Presidente fez questão em diferentes momentos deste mandato, dar a conhecer que esteve no ano passado, uma reunião com o senhor Secretário de Estado da Administração Interna, mas o que importa é mesmo saber que questões levou na sua agenda, que exigências fez e que ações foram consequentes, porque é um facto que Albufeira do ponto de vista das necessidades de segurança continua igual, ou seja, uma cidade insegura. É evidente a falta de policiamento e patrulhamento nas artérias da cidade. Consideramos também importante que o Conselho Municipal de Segurança reúna o mais breve e urgente possível. Questionamos para quando essa reunião senhor Presidente? Por último e já agora, o senhor Presidente não acha que é urgente elaborar e colocar em prática o tão desejado código de conduta que tem sido sucessivamente desvalorizado pelo executivo



e seria naturalmente importante a intervenção e sensibilização dos empresários e toda a comunidade de forma a implementar e divulgar as boas práticas de comportamento?"-----

Luna Silva: "Respeitosos cumprimentos a todos os presentes, Mesa da Assembleia, executivo, juntas de freguesia, funcionários e público presente. Hoje intervenho neste período, não apenas na qualidade de deputada, mas como cidadã e cidadina do município, no concelho de Albufeira, falo de um assunto delicado pela sua gravidade, não pode deixar de ser referido e lembrado nesta casa. No passado dia dezasseis de abril de dois mil e vinte e três, durante a madrugada, uma jovem de dezanove anos foi assassinada em plena via pública, na Avenida Sá Carneiro, mais conhecida como a rua da Oura. Esta rapariga foi brutalmente golpeada com uma faca na zona do tórax e no pescoço e ficou em paragem cardiorrespiratória. O casal suspeito do homicídio terá fugido após a agressão da vítima e atirado faca para o telhado do estabelecimento. O óbito desta jovem foi declarado no local e a Polícia Judiciária foi chamada a intervir. Senhor Presidente, infelizmente, e lamentavelmente, este episódio não se trata de um ato isolado. Todos os anos temos vindo a assistir episódios de agressão e de violência nesta rua, e eu entendo que estas situações não são de se prever, mas esta autarquia não pode permitir que episódios semelhantes voltem a acontecer, é necessário e urgente que sejam tomadas medidas imediatas, medidas preventivas que combatam e reduzam a criminalidade. É a segurança dos nossos munícipes, dos comerciantes desta rua e residentes e dos turistas que está em risco, assim como o bom nome desta cidade. Medidas como redução do horário de fecho dos bares, fiscalização das licenças noturnas, aumento de policiamento na zona que seja a GNR, quer seja a polícia municipal que mesmo que não tenha competência, que seja por efeitos colaboração. Seguranças noturnos na área, reforço da polícia do corpo de intervenção, montagem de câmaras de videovigilância, instalação de detetores de metais à entrada destes estabelecimentos noturnos. Todas estas propostas são importantes para este efeito, porque elas previnem que este tipo de acontecimentos voltem a acontecer, porque, a partir do momento que as pessoas têm conhecimento que nesta rua há policiamento, há câmaras de videovigilância que as filmam em tempo real, as pessoas limitam-se, até se inibem de praticar atos ilícitos, porque são detidas em flagrante delito e são imediatamente identificadas no local do crime. Estas propostas têm um papel fulcral para a decisão de processo-crime, porque são elas os meios de prova, por isso, eu



pergunto ao senhor Presidente que diligências já foram tomadas, com devido respeito, espero não ouvir, honestamente, afirmações como está a ser tratado, ou irá ser tratado, porque estamos a falar da defesa e da segurança da vida humana. Pergunto também para quando a tomada de posse do Conselho de Segurança, um órgão que tem um papel fulcral nesta matéria, ainda, se depois do ocorrido, o senhor Presidente já se reuniu com os comerciantes e os residentes desta rua para os ouvir? Para tentar perceber o que é que é preciso, porque eles sabem melhor do que ninguém, o que falta naquela zona, porque são eles que estão lá todos os dias. Por fim e por considerar que se trata de um assunto anti partidário sem cores partidárias, eu proponha a esta Assembleia, Mesa e colegas deputados, um minuto de silêncio em memória desta jovem. Obrigada." -----

Raúl Ferreira: "Começo por cumprimentar a Mesa da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Deputados e demais presentes. Senhor Presidente, hoje não vou fazer questões difíceis, aquelas que costumo colocar sobre os problemas da cidade, pelo contrário, hoje venho aqui de alguma forma, para o felicitar a si e a todo o executivo pelos festejos que existiram no dia vinte e cinco de abril. Efetivamente, o vinte e cinco de abril é uma data importante, é a data que assinala a democracia em Portugal e a liberdade e convém ser valorizado e não ser esquecido, e dessa forma, eu penso que foi importante todos os eventos que ocorram na cidade, quer promovidos pela Câmara Municipal, quer pelas Juntas de Freguesia. Lamento apenas que a Assembleia Municipal não tenha tido um papel tão ativo e participativo nessas festas e acontecimentos, efetivamente gostaria que a Assembleia tivesse tido um papel mais ativo. Quero também aqui realçar a inauguração do Centro de Artes e Ofício, que realmente é uma ideia excelente que vai divulgar artes do Algarve e dar oportunidade aos artistas da terra de alguma forma, exporem os seus trabalhos e quero dizer que começaram com o pé direito, efetivamente a Vanessa Barragão tem trabalhos lindíssimos, é uma artista aqui de Albufeira e merece todo o nosso reconhecimento. Quero também aqui realçar o facto de terem colocado o nome a este centro de artes e ofícios, o nome de Carlos Silva e Sousa, foi um homem que se destacou no concelho, quer como político, quer como ser humano, quer também como advogado. E eu como colega dele, reconheço-lhe imenso valor e tenho um imenso reconhecimento pela pessoa que ele foi. Também quero aqui de alguma forma realçar o facto de terem contratado três novos arquitetos, penso que são duas arquitetas e um



senhor arquiteto, mas isso é irrelevante para o caso. Gostava aqui também de fazer lembrar o senhor Presidente, eu penso que saberá isso melhor do que eu, que não basta só por pessoal, é necessário também rever os procedimentos, a forma de estar das pessoas que trabalham nesse departamento, que tanta importância tem para o nosso município. Por fim, quero dizer que o MIPA também está preocupado com as questões de segurança. Pensamos que tem que haver aqui uma força conjunta da Assembleia, de forma a que o Governo Central olhe um bocadinho para Albufeira, convém também aqui realçar que o Código Conduta foi uma proposta também do MIPA e penso que outros partidos também tiveram essa proposta e convém, se calhar, colocar em prática, não vai resolver o problema na totalidade, mas, de certa forma, será um dos meios de minimizar os problemas de segurança. Gostava também só de fazer um pequeno reparo, Albufeira também não é um sítio tão mau como se está aqui a querer pintar. É claro que há problemas de segurança, mas não é o faroeste que, por vezes, as pessoas pretendem transmitir. Eu gostava só de referir que muitas das queixas que existem em participações crime, dizem respeito a furtos, furtos que são comunicados por estrangeiros que apenas pretendem obter dinheiro dos seguros para ganharem alguma coisa quando vêm de férias, portanto, os números não são assim tão elevados, como por vezes querem fazer crer às pessoas que vivem aqui. Albufeira ainda é um local seguro para se viver e para se passar férias."-----

Mónica Coimbra: "Boa noite a todos, muito obrigado aos albufeirenses que estão aqui hoje, é sempre bom ter a casa cheia, são sempre bem-vindos. Senhor Presidente, informou-nos que teve uma reunião com a Senhora Secretária de Estado da Saúde e volvidos um ano e meio de mandato, como já foi referido noutras sessões da Assembleia, é uma prioridade e uma urgência intervir nas instalações do Centro de Saúde. Chegamos ao dia de hoje, continuamos a verificar que as instalações não são as mais adequadas para quem lá trabalha, não estão dimensionadas para as necessidades, em termos de utentes, faltam médicos de família, enfermeiros, temos casas de banho que estão fechadas por falta de manutenção, faltam peças de mobiliário que chegam ao cúmulo de utentes doarem mobiliário e utensílios para uso diário. Diga-nos, senhor Presidente, objetivamente, o que é que está a ser feito? Porque, vai sendo altura de sabermos mais do que aquilo que são as suas intenções, o que é que está a ser pensado a nível de projetos e ações para resolver os problemas na saúde. Por outro lado, senhor Presidente, na sessão de Assembleia de catorze de novembro de dois mil e vinte e



dois, demos os parabéns pela realização do Campeonato Mundial de Natação Adaptada para pessoas com síndrome de down nas piscinas municipais e muito bem. Foi um evento grandioso, no entanto, Senhor Presidente, já vi que tem conhecimento, que o tanque de recriação das piscinas municipais, esteve em reparação. Relembro que Albufeira Prometida alertou nesta sessão para o facto de ter sido colocado uma bancada em cima do tanque de recriação, suportada por andaimes e apoiada no fundo da piscina, o que de certeza que iria causar danos. O que é certo, coincidência ou não, neste momento, tivemos em pleno ano letivo e época desportiva, o tanque de recriação fechado para reparação e obras no fundo da piscina, impossibilitando alunos, atletas e munícipes de terem aulas há mais de três semanas. Só podemos dizer mais uma vez, que existe e continua a existir uma falta de gestão e de visão no planeamento das atividades e dos eventos. É mais do mesmo, continuamos a resolver os problemas em cima do joelho. Relativamente à intervenção do senhor Ricardo Correia, não podemos deixar de dizer que considerando a resposta que foi dada ao munícipe referente às piscinas municipais, existindo equipamentos danificados há meses, perguntamos se existe plano manutenção? Dizer que ainda bem, que as autoridades de saúde controlam as questões sanitárias, porque é obrigatório por lei, mas quando são detetadas essas situações, nós perguntamos: é feita intervenção para eliminar a natureza das situações? Se sim, como é que é possível termos equipamentos fechados há meses? Não conseguimos perceber. Por último, Albufeira Prometida dá os parabéns ao executivo e ao artista Asur pelo excelente trabalho realizado no Campo Desportivo de Vale Faro. Esperamos de igual modo que sejam considerados todos os espaços similares que se encontram ao abandono ou com falta de manutenção nas diferentes freguesias. Obrigada."-----

André Lima: "Boa noite a todos, antes de começar só para lembrar que o áudio do início da última Assembleia ainda não está disponível online. A minha questão e se estará, não sei se isto é com a Câmara, se é diretamente com a Assembleia, quem é que gere o canal do YouTube, mas acho que é importante que aquele áudio vá lá parar, para se juntar a todas as assembleias que tivemos até agora. Em relação aos pontos que eu queria vir aqui falar um pouco, é tudo no âmbito do super pelouro do Presidente, Cultura, Turismo e atividades económicas. Em primeiro lugar na última Assembleia, eu questioneei acerca dos quarenta e cinco mil euros gastos em catering no evento Carpe Nox, o Presidente respondeu que ia ver, do que se tratava em termos concretos, a questão é: se já teve oportunidade para fazer?! Porque eu ainda não recebi nada. Ainda



na última Assembleia, em relação ao tópico da cultura que é o principal que me traz aqui, o Presidente disse-me por estas palavras, que a política de cultura não passa apenas pela forma de venda de bilhetes, que a política de cultura é outra coisa muito mais do que isso, e convidou-me a consultar a agenda cultural em resposta. Ora, a política cultural também não é a agenda cultural. Os bilhetes online são apenas uma ação concreta que deve fazer parte da política cultural, com o objetivo de modernizar e democratizar o acesso aos eventos culturais. Tenho aqui uma declaração que não é minha, mas que julgo que se adequa bem a este momento, a este tema até no seguimento do vinte e cinco de abril, "num país e num mundo onde há famílias sem casa e doentes sem tratamento e sem hospital, a questão da liberdade de criação artística e intelectual pode parecer uma questão secundária. A cultura não existe para enfeitar a vida, mas sim para a transformar, para que o homem possa construir e construir-se em consciência, em verdade, em liberdade e em justiça, e se o homem é capaz de criar a revolução é exatamente porque é capaz de criar a cultura." Esta declaração podia ser de dois mil e vinte e três, certo, é de Sophia de Mello Breyner Andersen, no debate sobre a liberdade de criação cultural de três de setembro de mil novecentos e setenta e cinco. Dito isto, tenho curiosidade em saber o que é que é o tal "muito mais do que isso", referido pelo Presidente, o que é isso? É possível enviar o documento orientador da política cultural do município? Último ponto, para voltar à segurança, na Assembleia Municipal de quinze de novembro de dois mil e vinte e um, a primeira que tivemos aqui, um munícipe que veio falar acerca da segurança ou falta dela, na noite Albufeira, o Presidente respondeu que isso é, literalmente, "um estigma que vem desde o euro dois mil e quatro e o que acontece são episódios e que não é uma insegurança permanente". Palavras suas. Na sequência dessa resposta, eu vi aqui afirmar, nessa mesma Assembleia, que o Senhor Presidente, ou vai pouco à Rua da Oura, ou que estava a ser mal informado. Em resposta, o Senhor Presidente, mesmo voltando a desvalorizar o que foi dito, utilizou a expressão: "não é uma batalha campal", como se isso fosse um referencial positivo, mas assumiu que havia ali qualquer coisa e também assumiu que a Câmara Municipal tem parte da responsabilidade na resolução do problema. Já ouvimos aqui hoje uma série de coisas que podem ser feitas, muitas delas que não tem a ver com a Câmara Municipal. Mas o Presidente assumiu que também à parte do problema que tem, que a responsabilidade é da Câmara da Câmara Municipal, aliás, como o deputado Carlos Quintino validou e reforçou há pouco, Albufeira não está segura e por



isso é que estamos a falar disto. As minhas questões objetivas são: continua a ter a mesma opinião que tinha em novembro de dois mil e vinte e um, acerca do que se passa na noite de Albufeira? Segunda questão, da tal responsabilidade que assumiu e que cabe à Câmara, o que é que já foi feito no último ano e meio? Uma coisa é certa, eu e quem me rodeia, não nos sentimos mais seguros na nossa terra agora. Obrigado."-----

Leonardo Paço: "Boa noite a todos, aqui no alto dos meus sessenta segundos, a que gentilmente me foram aqui cedidos, quero dizer que concordo plenamente com o que o deputado Carlos Quintino aqui veio dizer, acho que se devia acrescentar ainda a esse projeto da videovigilância, também devia ser exigido que fosse em frente, porque acho que com videovigilância teremos também mais algo que nos pode ajudar em termos de segurança. E a seguir, como resta pouco tempo, reforçar aqui a ideia do nosso colega do MIPA, que realmente Albufeira é uma cidade segura, ao contrário do que por aqui se tem dito, não sei porquê, eu não sinto nenhuma insegurança, ando aqui todos os dias, como todos vós, não estou a perceber esta situação de que a Albufeira é uma cidade insegura, portanto, não é essa a minha realidade." -----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, vou tentar ser sucinto, até porque há outro colega de bancada que quer falar. Albufeira é dos destinos mais seguros do mundo, para que não reste dúvidas. Vou repetir: Albufeira é dos destinos mais seguros do mundo. A minha proposta é no sentido de que haja condizente com aquilo que é o aumento de pessoas permanentemente em Albufeira, que passa dos quarenta e qualquer coisa, quarenta e cinco mil, para quinhentos mil, que acompanhe as forças de vigilância policiais, pessoas e bens na área da segurança e no socorro e emergência, que acompanhe esse aumento de pessoas, tão só. Para que fique claro, de forma absolutamente objetiva." -----

Domingos Coelho: "Porque aqui já foi referenciada a questão do horário dos estabelecimentos de diversão noturna, gostaria de lembrar que, há volta de três, quatro anos, funcionou uma Comissão no âmbito desta Assembleia, que fez uma proposta para alguma redução dos horários desses estabelecimentos. A pergunta que se põe é: porque é que isso ainda não aconteceu? Ou se o próprio executivo não aceitou essa proposta ou qual é, a solução encontrada para e eventualmente também entrar por esse caminho para ajudar a resolver os problemas da segurança." -----

Adriano Ferrão: "Muito boa noite, meus cumprimentos e saudações à Mesa, aos restantes deputados, ao público aqui presente e ao que está em casa. Quando se vai



falar já para o fim, muita coisa já foi dita e eu não queria cair muito na repetição. De qualquer maneira, há aqui pontos que ficaram bastante bem assentes, não é? Albufeira é um destino de massas, é um destino turístico de massas, não tenhamos a menor dúvida, já não somos aquele destino turístico dos anos sessenta, dos anos setenta, que tendia para as massas, mas ainda não era, e podíamos aqui criar no fim de contas, elites turísticas. Atualmente é um turismo de massas, temos essas mesmas elites, mas também temos aqueles que não são essa elite, de modo que temos uma procura diversificada, que é uma procura, de mercados emissores variados e que nós não conseguimos controlar de maneira nenhuma, a não ser depois, cá tentar minimizar aqueles que não vêm tão bem tão por bem como seria desejável. É como já foi aqui dito, um destino turístico extremamente seguro, se o compararmos com o resto da Europa mediterrânica, então podem ver com nitidez que nós somos mesmo um destino até pacato. Quando acontece um caso destes, e há quanto tempo é que não aconteceriam um caso desses, nós sabemos que tivemos aqueles grandes grupos de ingleses, mas há muito tempo que não acontecia uma tragédia assim. No entanto, ela vai acontecer, é imponderável, é imprevisível e nunca vamos conseguir colmatar estas situações completamente, não há nenhum absoluto nisto, de modo que nós, quando pensamos nestes comportamentos, também me pergunto muitas vezes, não será isto também derivado da própria educação cívica que hoje em dia as famílias fazem que os seus jovens? Como muitos sabem, eu sou professor e vejo muitas vezes nas escolas, isto acontecer, a falta de valores, a falta de princípios morais que se assiste muitas vezes, traz até para a educação, como todos sabemos e podemos ler nos jornais, alguma agressividade. Agressividade essa que nesta juventude de dezanove, vinte anos se alarga ainda mais, debaixo de alguns efeitos, às vezes do álcool e depois de uma noite bem passada, no entender deles, às vezes deriva em situações destas, de agressividade e elas podem disputar-se em qualquer altura. Responsabilidades de quem? As responsabilidades são policiais, porque é a polícia que, é o Estado, o Governo Português que faz, a quem compete e quem tutela as forças policiais que devem zelar pelo bem-estar das populações e, por isso, eu reconheço que esta câmara há mais de uma dezena de anos, há bem mais de uma dezena de anos tem feito um esforço junto da Administração Interna para haver reforço policial, um reforço policial que nunca vai ser um polícia por pessoa, mas uma polícia bem administrada pode muito bem traduzir-se numa menor frequência de casos de agressividade. O facto é, que quando nós



precisamos dessa polícia, ela não aparece cá. Ela não vem para cá, e por mais que o executivo batalhe nesse sentido, nós nunca temos a força policial que desejaríamos. Albufeira continua a ser um sítio onde eu saio à noite para jantar com a minha família e não tenho medo nenhum.”-----

Paolo Funassi: “Já que falámos de segurança, queria dizer que Portugal é o terceiro país mais seguro do mundo, eu que sou estrangeiro posso dizer isso e também tem muita gente e muita população estrangeira que vem morar em Portugal pela segurança. Albufeira é um destino seguro, subscrevo as palavras do Carlos Quintino, peço também videovigilância, acho que seria também uma possível solução. Muito obrigado.”-----

Presidente da Câmara: “Obrigado pelas questões levantadas, pelas sugestões, pelas recomendações. Muita coisa já se falou no âmbito da segurança, vou tentar arranjar aqui um pacote de resposta que sirva mais ou menos para estas questões todas. Evidentemente que a segurança é uma das variáveis mais importantes para a escolha de um destino turístico, a par de outras, mas a segurança é uma delas. Ainda agora ouvimos o senhor deputado Paolo a dizer, que dados estatísticos Portugal é o terceiro país mais seguro do mundo. Já se falou aqui em segurança, pelo meu modo de ver e comungo daqueles que dizem que Albufeira não é insegura, não é de maneira nenhuma insegura, e continuo a dizer que são situações episódicas que vão acontecendo aqui e em qualquer outro lado, convido-vos a ler os jornais diários e verificam muito facilmente que existem situações deste tipo, muito parecidas ou semelhantes a esta que aconteceu aqui em Albufeira. Só que Albufeira é uma marca completamente diferente do Monte da Caparica, sem menosprezo para este nome, e de outras zonas do país. E falei no Monte de Caparica, porque aconteceu no mesmo dia, precisamente ou foi com um dia de diferença, também uma morte à porta de um bar. Não repisemos o facto de Albufeira, isto não é verdade, isto não é o panorama que as pessoas têm e ainda bem que é assim, porque se os turistas tivessem essa imagem de Albufeira, como algumas pessoas que falaram aqui, então era uma desgraça, podem ter a certeza. Portanto, eu peço que haja alguma contenção na forma de dizer, não se pode utilizar a segurança como pedra de arremesso político-partidário, porque isso é um assunto de extrema importância, é um assunto que não passa apenas pela responsabilidade de reunir o Conselho de Segurança, que vai ser reunido até ao fim de maio, já está uma data mais ou menos agendada, não passa apenas por aí, não passará apenas pelo Código de Conduta e já agora o Código de Conduta, fui talvez das primeiras pessoas e alguém



disse aqui que o executivo desprezou ou esqueceu o Código de Conduta, não é verdade, fui das primeiras pessoas talvez a falar dele há uns dois ou três anos. As câmaras de videovigilância, não é preciso pedir nada a ninguém, porque foi feito um processo muito longo, de autorização do pedido das setenta e duas câmaras que vão ser colocadas no município de Albufeira. Já temos essa autorização, evidentemente, já foi aberto um concurso público, inclusivamente, esse concurso teve quatro candidatos, por um motivo do caderno de encargos, foram todos desclassificados, portanto, estamos a constituir novo júri para abrir novo concurso público, e provavelmente e esperemos que sim, no princípio do próximo maio, com certeza que já estarão as setenta e duas ou setenta e três câmaras colocadas. Já alguém falou aqui e detetores de metais, já falaram aqui uma série de situações, todas elas contribuem, obviamente, para que haja mais segurança, mas também contribui para que haja mais segurança não só o reforço das forças de segurança, e já agora dizia ao deputado Carlos Quintino, para incluir também quando falou na questão da emergência médica, porque foi uma das coisas que também no ano passado correu bastante mal, falar também para além dos bombeiros fale também da Cruz Vermelha, também é outra entidade que trabalha nesse campo. Sobre essa questão das reuniões que tive com o Ex. Senhor Secretário de Estado da Saúde, que já não é o mesmo, ainda teve como consequência essa reunião, qualquer coisa, não foi muito, mas foi uma ambulância só em parte do dia à Cruz Vermelha Portuguesa protocolada com o INEM, não foi muito, mas foi qualquer coisa, Relativamente a Senhora Secretária de Estado tive uma reunião, no ano passado, não houve consequência nenhuma. Nem no reforço de efetivos, porque é preciso distinguir aqui duas coisas, o destacamento da Guarda Nacional Republicana de Albufeira tem efetivos permanentes, e espera-se que no verão, já deviam cá estar, mas ainda não foi muito falado, já falei com o capitão, que diz que normalmente o que vem para aqui é um pelotão, que são vinte e sete homens da parte da intervenção, o que vinte e sete são muito poucos, porque já alguém disse aqui, e é verdade, muitos destes crimes são por razões que deputado Raul Ferreira falou, e ele é conhecedor profundo dessa situação, e há outras situações que, não sendo graves, muitas vezes as estatísticas dependem de quem vai lá queixar-se, denunciar à GNR. Há pessoas que nem estão para isso, pela dificuldade que a GNR tem em receber uma queixa, demora imenso tempo e depois mais tarde, é praticamente tudo para arquivar porque não se consegue descobrir. Isso é um processo que eu próprio sugeri que fosse simplificado, para mais facilmente as



peessoas deslocarem-se a esse sítio. E há outros que fazem de propósito para receber dos seguros determinadas situações e isso vem aumentar o nível, nem assim, é preciso ver que nós estamos quarenta e quatro mil e tal pessoas, segundo os Censos de dois mil e vinte e um e nunca temos menos de setenta ou oitenta mil pessoas, nunca e neste momento, se calhar, já temos duzentas mil ou mais e chegamos ao mês de julho e agosto, considerando todos os turistas com todos os residentes, com todas as pessoas que trabalham cá, porque Albufeira e é bom que também se diga isto, Albufeira dá trabalho a muita gente, não só do concelho, mas também de fora do concelho, é preciso ver isso. Há muita gente que trabalha, inclusivamente aqui na Câmara, há muita gente de fora, do concelho de Loulé, do concelho de Faro, concelho de Lagoa e Silves, muita gente vem para aqui trabalhar para os nossos hotéis, nossos restaurantes, portanto, dá trabalho a muita gente. E considerando essas pessoas todas, provavelmente, temos cá à volta de quinhentas mil pessoas, com certeza que sim. Mas há mais responsáveis, não são apenas a Câmara que tem que fazer as suas responsabilidades, não é apenas a segurança e acho muito bem que se faça uma moção reforçar tudo aquilo que eu já tenho feito, os ofícios que já foram da Câmara, não apenas no sentido de reforçar os meios da Guarda Nacional Republicana, que é quem tem a responsabilidade da segurança de pessoas e bens no concelho, mas também o reforço por parte da emergência médica, parte do INEM, portanto, há duas situações diferentes, uma depende do Ministério da Administração Interna, e o outro depende do Ministério da Saúde. Falou-se no fecho do bar, sei que no dia que por acaso fui reunir com o Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, telefonou-me o Senhor Ministro da Administra Interna para me informar que iria fechar o bar, como medida cautelar e que iria fechar também simultaneamente, um bar no Monte da Caparica e um bar no Porto, onde ocorreram também situações parecidas ou semelhantes a esta. O Senhor Ministro entende que é uma forma de resolver, mas não é só, também lhe chamei a atenção, que não é só porque Albufeira necessita de ser olhada com outros olhos, porque o número de pessoas, como digo, aumentar de quarenta e quatro mil para quinhentos mil, o número de pessoas faz com que haja uma maior probabilidade de acontecer determinado tipo de problemas entre as próprias pessoas, portanto, é bom que isso se tenha em conta. E onde há conjuntos de pessoas, com certeza que há muita gente que vem de fora e agora também depende das agências de viagens, mas não temos controlo sobre as agências de viagens. Nós não podemos pôr ali uma portagem



nas fronteiras do concelho de Albufeira, dizendo que se vem por bem entra, se vem por mal não entra, não conseguimos fazer isso e ainda bem que não conseguimos, se calhar, se isso fosse feita dessa maneira, não havia a tal liberdade que também já se falou aí e já comemorámos o dia da Liberdade cá. Portanto, o Senhor Ministro da Administração Interna está perfeitamente avisado, inclusivamente quando o Governo esteve em Faro, na reunião que teve com os presidentes de Câmara, eu tive oportunidade de falar nestas questões e muitas outras, aliás, fui talvez o único Presidente de Câmara que falou algumas coisas pela negativa, pelas necessidades da segurança, mas não só para Albufeira mas também para o Algarve, do INEM, falei depois de questões particulares aqui mais de Albufeira, questão das acessibilidades, portanto isso foi falado uma vez mais. Alguém falou aqui sobre os proprietários dos estabelecimentos, evidentemente que podem ter alguma responsabilidade dentro do próprio estacionamento e acredito que, fazendo fé em alguns vídeos e em algumas fotografias que vejo há situações menos próprias que os estabelecimentos muitas vezes permitem e que no meu ver não deveriam permitir. Apesar disso tudo, continuo a pensar que faz falta mais meios de segurança, é verdade, mas também como digo, não é tudo por aí. Já foram convidados os seus proprietários dos bares de Albufeira para uma reunião no próximo dia dois, para os informar de algumas questões, nomeadamente a videovigilância, outras situações possam ocorrer em termos de segurança, portanto, também os queria ouvir. Vou ouvi-los nesse dia, e vou tentar perceber como é que podem colaborar, porque isto tem que ser com a colaboração de todos, é impossível haver só uma entidade a tentar resolver um problema que é transversal e digo sinceramente, não tem nada a ver com a parte político-partidária, o que muita gente quer fazer, acho isso um erro terrível. Depois a senhora deputada Mónica, falou na questão da saúde, é preciso distinguir que naqueles edifícios que nós habitamos no centro de saúde, nem tudo o que está ali, nem todos os serviços, nem todas as instalações foram entregues ao município. Há uma parte que depende diretamente do CHUA, Centro Hospitalar Universitário do Algarve, portanto, essa parte não tem nada a ver com o município, o município não pode interferir nessa situação, nem na reparação das instalações, nem no aumento das instalações, embora o tenha feito de uma forma, digamos, quase informal, porque não é da responsabilidade do município. É da responsabilidade do município a outra parte, o médico de saúde, mas não compete ao município colocar mais médicos, mais enfermeiros ou colocar mais pessoal, não médico,



não paramédico, porque a única responsabilidade que temos são as instalações que estamos já a fazer o pré projeto de ampliação do centro de Saúde e depois requalificação da outra parte que fica internamente e isso está a avançar, portanto, temos estado a resolver a problemática também do terreno, que é um terreno limítrofe, está tudo em andamento. Sobre o senhor deputado André Lima, falou no super pelouro, não sei o que é isto, e falou na questão dos bilhetes novamente, não vou falar mais sobre isso, já disse a opinião que tinha, portanto, não alterei grandemente a minha opinião sobre isso, e quando disse para consultar a agenda, foi no sentido de consultar, não é a agenda, a agenda em si é um conjunto de folhas de papel e com algumas letras escritas e com alguns bonecos lá escritos, a agenda é um sítio com informação sobre aquilo que se faz, eu concelho a ir ver, muitas vezes se calhar é bom. As questões da água, eu pedia que a senhora vereadora Cláudia pudesse dizer algo sobre a questão das perdas de água e da reutilização de águas residuais. Só quero dizer uma coisa, sobre isso e sobre a questão da poupança da água, estamos a mudar o coberto vegetal em vários sítios, já foi mudado na zona da Marina, para que a água que se gasta com a relva, que tem que ser muita, e ainda por cima, como o deputado Domingos Coelho disse, ainda há pouco passou por uma rega que estava a regar a meio da manhã ou a meio da tarde, isso não deve acontecer, e as plantas que estão a ser postas, são plantas que usam rega gota a gota, que é um consumo de água muito inferior e a própria relva tem de ser a rega por aspersão, muitas vezes está a regar a horas indevidas, mas não só, às vezes em vez de estar voltado para a relva está voltado para a estrada, mas isso é muito fácil de acontecer, é alguém passar lá e dar um pontapé naquilo ou tocar minimamente e aquilo volta-se ao contrário. Na rega gota a gota não tem esse perigo, as plantas que usam esse tipo de regra gasta muito menos água, portanto, é também uma das medidas que vai gastar menos água e tenho previsto colocar o empreiteiro que faz isso, colocar um quadro com o número de litros de água que se gastará a menos." -----

Vereadora Cláudia Guedelha: "Boa noite, antes de responder àquilo que me foi efetivamente questionado e o Senhor Presidente me deu a palavra, eu queria só, se me permitem dirigir aqui duas ou três palavras à associação Cura da Alma, porque estive a ouvir atentamente e enquanto vereadora com responsabilidade na área social, não queria passar sem dizer duas ou três palavras e o Senhor Presidente foi bem claro na forma como se referiu a todo este processo, mas dizer que o Paulo Telmo e a Lisandra



desde o início e foi com vocês, porque comigo fizeram o primeiro contacto para arranjar aquele mesmo espaço e sempre em articulação com o Senhor Presidente, foi no sentido de ajudar e nos disponibilizarmos, que se cruzaram ali efetivamente dois pelouros, a cultura e ação social, efetivamente, como o Senhor Presidente disse e bem houve conflito, não tem sido fácil de gerir. Acompanhamos este processo sempre em conjunto, aliás, ainda falámos hoje de manhã sobre esta mesma situação e se existe efetivamente a hipótese de reconsiderar e de arranjar uma solução naquele mesmo espaço, com a certeza que será e acontecerá da melhor forma para bem de todos, quer no respeito pela cultura quer no respeito pela resposta social que é bastante importante para o nosso concelho, ambas as partes. Relativamente às questões que foram colocadas, sobre o que é que o Município tem feito efetivamente ao longo deste tempo, sobre a problemática que nos assusta a todos sobre a falta de água, dizer antes de mais, que é um problema da comunidade de todos nós e que temos discutido muito a nível nacional, a nível local, a nível regional e o Município de Albufeira tem participado em todas as sessões, sejam elas esclarecimento, planos, projetos, etc., para estar ocorrente de tudo o que se está a passar. Efetivamente, temos que mudar de paradigma, porque penso que temos andado aqui durante algum tempo a discutir se comemos bolas de golfe, se comemos abacates, e juntarmos todos, com medidas definidas para ultrapassar este problema, que está longe de acontecer, mas posto isto dizer que, e centrando no que é importante, que é Albufeira, dizer que, nós em dois mil e vinte e um, assinámos um protocolo com a APA, a cem por cento que vem de encontro a aquisição de software, hardware de gestão de perdas, aquisição de equipamentos de medida, deteção de perdas de água, etc., não vou estar a enumerar aqui de forma exaustiva, temos um plano de gestão patrimonial de infraestruturas que nos permitiu localizar a nossa rede de águas e onde estão todas as dificuldades, condutas antigas, etc., porque é uma forma de planearmos os projetos e futuras intervenções que possamos fazer. Posteriormente, houve uma candidatura, um primeiro aviso à qual nós submetemos a nossa candidatura e que recebemos cerca de, um milhão seiscentos e noventa e dois mil euros, esta candidatura resulta de toda a requalificação de redes de água que fomos fazendo ao longo do tempo e que tivemos esta possibilidade e assim aconteceu. Estamos agora a preparar uma outra candidatura relativamente a esta questão das perdas de água que é na ordem de, um milhão de euros, que vai ser submetida no final do mês que vem e está justamente relacionada com o fornecimento



de contadores, com o plano de redução de perdas de água que já temos feito. Já temos o plano de redução de perdas de água feito, temos o plano de Segurança da água feito, adquirimos um equipamento para detetar ruturas mais ao pormenor para minimizar a resolução dos problemas. Estamos a substituir os contadores da rádio, mais ou menos numa média de cerca de cento e oitenta por mês. Estas são algumas das medidas, para além da prevenção, das medidas temos efetivamente colocado em prática, é verdade que às vezes, este tema das águas e estas obras estão enterradas, efetivamente, não se vêem e às vezes penso que também é importante lembrar o esforço que tem sido feito para ir de encontro a um problema que efetivamente nos atinge todos. Para além disto também e porque achamos que tem que ser pedagógico e começar desde cedo, a Proteção Civil tem um programa dinâmico nas escolas que aborda este tema, que regularmente faz ações nas escolas e penso que o Ambiente também está a trabalhar nesta matéria no sentido de apelarmos ao bom senso das pessoas, ao civismo, para que consigamos efetivamente sair deste problema com a maior dignidade possível. Muito obrigada." -----

Presidente da Câmara: "Só para complementar o que a senhora vereadora falou, que é a questão da reutilização das águas das estações de tratamento, nomeadamente estação de tratamento de Vale Faro e da estação de Tratamento Ferreiras, que está a ser desenvolvido também um projeto nesse sentido para regas, lavagens de ruas e, eventualmente, para utilização por grandes empreiteiros no gasto de água nas obras, nas obras públicas ou privadas, mas a água da estação de tratamento de Ferreiras alguma dela já está a ser utilizada para regar jardins ali na zona do Ribeiro, portanto, era só também para introduzir se, de facto, de reutilização de águas residuais." -----

André Lima: "Senhor Presidente, agradeço muito as suas palavras, mas sinceramente, preferia que respondesse às questões que coloquei que volto a referir. A primeira, não sabia para quem era e continuo a não saber, em relação ao áudio, quero que fique registado, que é importante que o áudio passe para lá. A brincadeira do super pelouro, obviamente, porque é um pelouro que inclui cultura, desporto e atividades económicas que são, pelo menos é o que está no site da Câmara, a primeira questão foi em relação ao evento do Carpe NOx, o catering dos quarenta e cinco mil euros, que o Senhor Presidente na última Assembleia disse que ia ver o que era em concreto e que informava. A segunda questão, com a cultura, obviamente, eu fui buscar os bilhetes como comparação com a agenda cultural, tanto a agenda como os bilhetes são



ferramentas, são ações concretas para implementar a cultura, o projeto, o planeamento, a política cultural. A Câmara está, neste momento, a concorrer a cidade europeia do desporto, com certeza que existe um caderno de encargos e tem que produzir documentação. Qual é a política desportiva? Não vai ser só ao fim de semana jogos, não fazem um papel a dizer que ao fim de semana há jogos, essa política desportiva. Existe ou deverá existir um projeto. Foi assim que eu terminei, é possível enviar no documento orientador da Política cultural do município, e que volto a pedir. Em relação a questões de segurança, já percebemos que encontramos aqui mais alguns culpados, os pais, o Monte da Caparica, os estrangeiros, nós próprios Assembleia, que temos de ter cuidado com isto, como se os estrangeiros que vêm para cá fossem ver isto, isto é uma discussão entre nós e importante e continua a ser importante, as questões eram: continua a ter a mesma opinião que tinha novembro de dois mil e vinte e um, acerca do que se passa na noite de Albufeira? Já percebi que há uma reunião marcada com os empresários dos bares, os donos dos bares, ou seja, é capaz de haver aqui já uma certa mudança, e a outra questão era da responsabilidade que assumiu que era da Câmara, o que é que já foi feito? Pronto, foi marcada uma reunião com os donos dos bares. Há mais alguma coisa que não seja dizer, nós pedimos e os outros não fizeram a parte que nos cabe a nós que cabe ao executivo, há alguma ação em concreto feita? Obrigado." -----

Presidente da Assembleia em exercício: "Em relação ao áudio eu vou confirmar com os serviços técnicos e darei a resposta por escrito assim que o áudio estiver online."-----

Presidente da Câmara: "Não vamos entrar outra vez aqui na discussão sobre o que é a agenda cultural ou não. Já disse há bocado que não passa de um simples monte de folhas de papel, com umas coisas escritas e disse a mesma coisa que disse há bocado, o conteúdo do que lá está é para ler e ver o que é que lá está. Sobre o catering do Carpe Nox, já foi explicado aqui, são para as pessoas que estão a trabalhar na montagem do palco, não tem nada a ver com determinadas situações que são pagas e que na altura também disponibilizamos lá alguma coisa para os nossos convidados. Sobre a questão da cidade europeia do desporto, não, isto não é só fazer jogos. Este pelouro, tem a cultura, turismo, atividades económicas, mas não tem este pelouro, o desporto não está aqui incluído. A cidade europeu do desporto, portanto, evidentemente que o desporto não passa apenas por aí, apenas por jogos de competição, passa essencialmente pela formação, passa por dar apoio também ao desporto escolar, passa por dar apoio aos



clubes, nomeadamente a questão da natação, todas as atividades desportivas, essencialmente e muito principalmente na formação dos jovens, porque nós somos dos concelhos do Algarve que tem mais inscritos e não somos o conselho maior, nem pouco mais ou menos, tem mais inscritos na Associação de Futebol do Algarve em termos de jovens. Isso vinha no outro dia na revista da Associação de Futebol, o que é importante, portanto, temos de desenvolvido atividades diversas até daquelas que já havia, temos aqui quatro ou cinco eventos âncora que não podemos deixar de continue a acontecer. Tivemos há poucos dias a festa do basquetebol, na décima edição, tivemos a Volta ao Algarve, tivemos o Cross das Amendoeiras, portanto, são acontecimentos âncora, já temos o Bike que é no final de janeiro, fevereiro que também já começou a criar tradição, temos a natação através das nossas escolas e não só, e dos utentes que lá vão e temos também um conjunto de atividades das mais diversas, a ginástica, karaté, judo, por aí fora. Sabe perfeitamente, até porque é dessa área." -----

Presidente da Assembleia em exercício: "Antes de passarmos para a leitura resumida e para a Ordem do Dia, gostaria de, na sequência da proposta apresentada pela deputada Luna Silva, fazermos um minuto de silêncio pela jovem que faleceu em Albufeira."--
Fez-se um minuto de silêncio. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, a Presidente da Assembleia em exercício deu a palavra ao Segundo-Secretário para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

ORDEM DO DIA

Presidente da Assembleia em exercício: "Vamos então votar a admissão da recomendação ao Governo da República, na sequência da exposição do deputado Carlos Quintino."-----

VOTAÇÃO DE ADMISSÃO DO PONTO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: um (01) André Lima. -----

Votos a favor: vinte e três (23) Adriano Ferrão, Paolo Funassi, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia,



Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta de admissão do ponto foi aprovada por maioria.-----

Domingos Coelho: "Podemos admitir o ponto, mas a discussão do ponto só com o documento lido em voz alta, porque há dados que eu tenha algumas dúvidas." -----

Carlos Quintino: "Digníssima Mesa, digníssima Assembleia, eu pedi precisamente a palavra, mas o meu colega antecipou-se, com esse objetivo, precisamente ler na íntegra o documento." (Doc. n.º 2 anexo a esta ata) -----

Domingos Coelho: "Após esta leitura, um pouco mais atenta, nós não concordamos com algum do texto que está ali contemplado, penso que até para as coisas fluírem, não sei se não seria melhor passar para a próxima Assembleia e nós consultarmos o texto, porque há ali o ponto cinco, que nós não concordamos quando se faz uma comparação com outros concelhos." -----

Helena Simões: "Primeiro gostaria de agradecer à deputada Carla Madeira, independente, que me tinha cedido sessenta segundos para eu intervir antes da ordem do dia, mas, no entanto, não foi preciso, porque nesta temática que eu gostaria de intervir, mas de qualquer das maneiras agradeço. Eu recorro que há coisa de um ano e meio, não consigo precisar, nós votámos uma proposta do PSD/CDS que tinha a ver com a forma de cálculo da situação pandémica face ao número de habitantes. Aqui estamos a discutir precisamente a mesma coisa, ou seja, eu percebo que a lei é geral e abstrata, eu percebo que a Administração Central se centra apenas e só nos números dos censos, mas a realidade é que mesmo em pleno inverno, nós nunca temos contingente suficiente para as necessidades reais e efetivas da população. Já me aconteceu em pleno inverno, estar duas horas à espera que a GNR me viesse acudir, uma, duas, três, quatro, cinco, garantidamente já todos contactámos a GNR e ficámos provavelmente sem qualquer tipo de assistência. Isto acontece no verão e no inverno. A mim, o que eu depreendo da proposta do PSD/CDS é precisamente a mesma coisa, pedir ao Governo que não faça as contas de uma forma com um risco de uma linha que aplica de cima a baixo de uma forma igual, quando nós na realidade, nunca temos quarenta mil de habitantes, temos sempre muito mais e já vimos que chegamos a triplicar a quadruplicar e é isto que se pede, é que efetivamente o contingente seja de acordo com os habitantes efetivos, à data e não de acordo com os habitantes recenseados nos censos e afins. Isto também não é nada de estranho, sabem porquê?"



Isto já aconteceu no euro dois mil e quatro, se não me falha a memória, não sou muito boa no futebol, na altura veio para aí a cavalaria de Lisboa, porquê? Era um evento nacional, e Portugal não podia ficar mal na fotografia, mas agora como é só Albufeira, que se lixe, fecha-se as discotecas, fecha-se ruas, a solução é sempre mais fácil empurrar para os outros. Já na altura, eu usei esta prerrogativa, e já na altura, o PS insurgiu. A única coisa que nós pedimos é tratar igual aquilo que é igual, e tratarem diferente daquilo que é diferente. Albufeira tem características muito específicas, tem, temos boa solução ou fechamos todos a casa e saímos de Albufeira, porque realmente Albufeira tem muito turismo e tem muito atividade comercial ou então reconhecemos essas diferenças, abraçamos essas diferenças e capacitamos a GNR ou quiçá até uma PSP, que lá está, a GNR é para os meios rurais, a PSP e para os meios citadinos, mas depois está condicionado ao número de habitantes, ao número de habitantes registados onde? Nos censos. É o efeito de pescada de rabo na boca. O que é que vem primeiro? Como tal, gostaria muito que, à semelhança de naquela altura, todas as bancadas de todas as cores partidárias conseguiram se unir e fazer chegar ao Governo um documento que foi votado, se não me falha a memória, por unanimidade, gostaria que nos uníssemos, uma vez mais, porque acho que isto interessa a todos e toca a todos." -----

Carla Vieira: "Efetivamente, a conclusão a que Albufeira Prometida chega é que é transversal a todos, todos estamos incomodados com esta situação, razão pela qual a bancada do PSD/CDS colocou à apreciação da Assembleia um documento para ser votado. Nesse sentido, Albufeira Prometida antes de votar favoravelmente o documento, precisamos de ver uma cópia na íntegra do mesmo, para que analisemos e apreciamos." -----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, de uma forma modesta entendo que este é um assunto de caráter urgente e que, estarmos a empurrar para uma próxima Assembleia que ainda não sabemos quando é que será realizada, não me parece a mim que seja de todo conveniente, mas a Assembleia é soberana e, portanto, saberá o que deverá fazer." -----

Paolo Funassi: "A questão da segurança é uma questão transversal de todos e em qualquer município poderíamos estar a fazer este discurso, mas Albufeira tem uma especificidade, eu peço que o documento seja votado hoje, mas também para tentar mediar, talvez entre as partes sugiro uma possível solução, ao deputado Quintino, que



na primeira parte, o ponto sete talvez ou retirado ou modificado, talvez para todos votarem a favor. Eu vou votar a favor, mas também tento ver as outras partes incomodadas e tento dar uma solução. Mas peço que se votemos hoje, porque realmente estamos com uma questão de urgência e a segurança é transversal a todos os partidos." -----

Raúl Ferreira: "Colegas deputados, eu penso que o problema está identificado e o problema é grave, portanto, eu pedia, e queria aqui fazer um apelo aos meus colegas deputados que despissem um bocadinho a camisola partidária, e em comum, e unidos todos votássemos este ponto de forma positiva e de forma a resolver aquilo que está identificado como problema, portanto, não vamos estar aqui a adiar uma solução, uma coisa que pode ser feita hoje, para daqui a um mês. Se calhar, daqui a um mês será tarde e haverá outras situações que já aconteceram e depois vamos todos aqui voltar a fazer um minuto de silêncio escusadamente." -----

Domingos Coelho: "Aqui não se trata de camisolas partidárias, e eu não disse que não votávamos, agora não podemos é votar um texto imposto por uma bancada, ou há alguma capacidade de diálogo, enfim, vou ler o ponto quatro. "Os concelhos de vizinhos de Albufeira com uma população efetiva semelhante e muito menos afluência turística." Quais? Quais são? "Têm mais meios policiais humanos e materiais, tendo alguns destes durante todo o ano uma força policial rápida, que marca presença frequente nas zonas de diversão noturna." Então que se diga aqui, quais são os concelhos que têm menos população e que têm mais meios. Julgo que isto não está correto, não está assertivo. Ou então eu faço uma proposta, retira-se este ponto, porque acho que isto é daquelas, digamos, afirmações vagas que até parece que passa, mas que se calhar se passar por um crivo mais exigente, ou então, diga-se quais são os concelhos." -----

Leonardo Paço: "Pronto, chegámos à conclusão de que o problema do PS é saber quais são os concelhos. O meu problema não, o meu problema é que haja mais segurança Albufeira e nesse sentido, obviamente que vou votar a favor da proposta que a bancada do PSD propôs." -----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, a bancada do PSD/CDS não numerou os concelhos por uma questão de não haver ali uma discriminação, entendemos que não deveríamos fazer por esse motivo, mas basta pensarmos um bocadinho, temos Portimão com uma população semelhante e que tem efetivamente esse dispositivo e



temos também Lagos e temos também Faro, mas estamos absolutamente disponíveis para se for essa questão dos concelhos, retirar o ponto número quatro.” -----

Presidente da Câmara: “Só para referenciar essa questão dos concelhos, penso que isso não é uma questão tão importante quanto tudo isso. Acho que o problema é realmente a segurança, isso é apenas um pormenor dentro de um maior, mas, na realidade, os concelhos que têm PSP tem muito mais unidades do que tem a Guarda Nacional Republicana, portanto, é bom que se entenda. Isto é verdade, disse-me um alto graduado da Guarda Nacional Republicana, evidentemente que o facto de terem mais, e quais são os que têm PSP, Lagos, Portimão, Faro, Olhão, Vila Real de Santo António e Tavira. O que eu estou a dizer é que, um concelho que se aqui fosse a PSP teria de certeza absoluta, se agora tem cento e quarenta efetivos permanentes, se fosse a PSP teria duzentos e tal, isto foi dito por um alto signatário da GNR, eu não sou perito em segurança. Agora estarmos aqui a prender isto um mês, acho que não é necessário. Só para esclarecer que sendo a PSP têm mais unidades. Não estou a dizer com isto que a PSP trabalha melhor que a GNR, não estou a dizer nada disso. É uma forma diferente de trabalhar, têm os modelos diferentes que não tem a GNR e às vezes há até alguma rivalidade que se nota, não sei se se lembram, daquela questão do transporte das vacinas, no tempo da pandemia, que vinha numa carrinha transportada para uma das forças de segurança, afinal foi intercetada pela outra, isso são questões que nos tem de passar ao lado e nós aqui estamos quase a entrar por uma coisa deste tipo.” -----

Carla Madeira: “Eu só vinha dizer que isto é surreal, tanto batemos no ceguinho como a seguir vamos levantá-lo do chão e fazer festinhas na testa. Queremos ou não queremos resolver o problema da segurança? Estarmos aqui a discutir se o concelho até mais ou menos, e qual é que é o concelho que tem, seja Loulé, seja Aljezur, seja o que for, nós precisamos é de resolver o nosso problema, portanto, eu acho que era de bom tom que se resolve-se isto hoje e não adiássemos para mais daqui a um mês, porque daqui a um mês, provavelmente virão mais assuntos, ou mais pontos que não estarão de acordo e parece-me a mim que isto é mais uma birra do que outra coisa qualquer.” -----

André Lima: “Na minha opinião, isto não tem nada a ver com esses pontos dos concelhos, tem a ver com todo o enquadramento. Ainda há pouco Albufeira era das cidades mais seguras do mundo e agora é urgentíssimo votarmos um documento para



resolver a situação da segurança. Senhor Presidente, diz que há vinte anos, o Ministro da Administração Interna e Secretário de Estado ninguém liga nenhuma, mas agora vai ser uma recomendação da Assembleia Municipal de Albufeira, parece que estamos a falar nisso, isto é aprovado e a seguir resolve-se. Estes documentos parece-me a mim, devem ser enviados antecipadamente, para nós termos tempo de os ler, de os analisar e de sugerir alterações, por isso, eu não vou votar este documento hoje."-----

Helena Simões: "Eu já não tenho palavras, a Carla Madeira categorizou bem a coisa, mas já não tenho palavras para descrever. Eu realmente acho que vivemos todos aqui um bocadinho desfasados da realidade. Há bocado tive a oportunidade de referir que em pleno inverno tive uma emergência e tive necessidade da GNR e estive duas horas à espera, tive o cuidado, porque eu acho que é nossa obrigação todos reclamarmos, tive o cuidado de reclamar. A resposta que eu recebi do Ministério da Administração Interna foi: contabilizou a quantidade de vezes que eu liguei para o posto, o tempo que eu tive à espera, o número de contingente que tinha na altura, e chegou à conclusão que era mais do que suficiente para Albufeira. Seria mais do que suficiente eu estar duas horas à espera? Vamos continuar a discutir se é Lagos, Lagoa, do ponto de vista da lei orgânica e estão aqui colegas que poderão atestar, tal como eu, a Guarda Nacional Republicana nada tem a ver com a PSP, uma é guarda, é militar, a outra é polícia de segurança pública. A nível de forma de trabalhar modus operandi é totalmente diferente e continuamos aqui a empurrar um problema para a frente, porque opção é sempre culpabilizar a câmara, os vereadores, os comerciantes em vez de encararmos o problema de frente, porque estamos a discutir precisamente a mesma coisa, forma de cálculo de atribuição de contingente em função dos habitantes efetivos, que foi a mesma coisa que discutirmos e aprovarmos por unanimidade em relação à pandemia ou estou equivocada, não aprovámos por unanimidade nesta assembleia? Todos fomos consentâneos nisso, porque é que não conseguimos ser consentâneos em algo que já criou fatalidades? Vamos continuar a sacudir água do capote, a dizer que foi vizinho da esquina, que foi alguém que veio de Lisboa, que foram os hooligans que vieram do Reino Unido? Olhe, eu não durmo bem à noite com essas opções de sacudir e empurrar para o lado. Eu acho que temos todos aqui uma opção de fazer uma afirmação, uma afirmação perante o Poder Central, e se deixamos passar esta oportunidade só nos enfraquece." -

Carlos Quintino: "Após ouvir as intervenções que me procederam, a bancada do PSD/CDS mantém o documento na íntegra e não retira nenhum pronto." -----



Domingos Coelho: "Prova a sua capacidade de diálogo e a sua capacidade dirimir as coisas quando são importantes, agora eu ponho a questão, se isto é tão importante e tão urgente, porque é que isto não foi apresentada há oito dias atrás e tinha entrado exatamente na ordem de trabalhos? Porque é que é a urgência, em cima do joelho e só entregue aqui na hora? O PS nunca fez isso. Se era tão urgente, tinha sido incluído no tempo certo, exatamente na ordem de trabalhos. Para além disso, já tínhamos chegado a um acordo, pelo que ouvi, que estavam de acordo em tirar o ponto quatro e nós votaríamos, eu não gosto muito de estar, digamos a tirar, porque o vizinho é melhor, ou porque a galinha do vizinho é mais gorda ou porque o vizinho tem mais e nós queremos mais, parece aquelas histórias de meninos da escola, que a minha bola é melhor que a tua. Há uma necessidade, faz-se a proposta e vota-se, não temos de estar aqui a comparar com A ou B. Muitas vezes já se tem falado aqui em determinados concelhos, e já tenho visto por parte do executivo, uma recusa e um mau estar quando se fala em determinado concelho, porque é melhor ou pior que Albufeira. Portanto, o critério deve ser sempre o mesmo, se não queremos comparar com outros concelhos nesta situação em que são coisas importantes, não temos nada de falar dos outros para bem ou para mal. Tem de ser, o nosso problema é este, e nós temos de resolver assim. E penso que as coisas estavam já mais ou menos acordadas e com esta birra da parte do PSD parece que já não há acordo nenhum." -----

Carlos Mendes: "Boa noite, isto dá mesmo para rir, eu sou a pessoa com menos escolaridade que está aqui dentro, mas farto-me de ouvir a população a pedir segurança e estão estes senhores aqui a impedir uma coisa destas. Sabem o que é que eu lhes digo, nas próximas eleições a população está a ver e espero bem que eles vejam bem." -----

Domingos Coelho: "Já agora pedia à Mesa que não houvesse manifestações de aplauso, já agora que se diga que quem começou foram os deputados do PSD." -----

Luna Silva: "Bem com tanta divergência, eu como única representante do partido Chega tinha que vir aqui dar uma palavra. E qual é que é o meu parecer? Eu entendo esta questão de cumprir formalidades, a questão de realmente termos um prazo para entregar um documento que deve ser devidamente analisado, também se propor propostas, porque eu também entendo que há aqui uns considerandos que deveria de ser feito um aditamento na proposta, nomeadamente a questão das câmaras de videovigilância. No entanto, e após ouvir o colega deputado Carlos Quintino, entendo



que este documento nada tem de trágico ou que prejudique o nosso concelho, portanto, aquilo que realmente nós estamos aqui a lutar está lá explícito e, por isso, pondo aqui um bocadinho de parte as formalidades, porque, no meu entendimento, a segurança é primordial, neste momento, eu não quero que a nossa cidade seja outra vez alvo de críticas na Internet ou nos jornais, notícias, por isso, entendo que partido Chega e bem irá votar e aprovar esta proposta apresentada pelo PSD."-----

Presidente da Câmara: "A videovigilância neste momento, só estou à espera, porque entendemos nesta segunda fase, alterar o júri, e entendi que seria importante ter um membro da GNR no júri. Então pedi ao Comandante-Geral em faro, ao Senhor Coronel que se entendesse, nomeasse um membro da GNR para formar o júri. Só estou à espera disso, e foi há oito dias, estou à espera da resposta, já me garantiram que isso dentro de dois dias estaria aí. Já está autorizado pelo Secretário de Estado, já há dois anos, demorou algum tempo, por causa de uma rede, de um cabo que seria dedicada aquilo ou não. No sítio onde era a polícia de segurança pública faziam de uma maneira, no sítio onde era a GNR faziam de outra, que são os dados que são levados das próprias câmaras para o servidor que vai ficar na GNR, e havia essa discrepância, mas isso depois ultrapassou-se e ficou resolvido, ficou autorizado as setenta e tal câmaras de vigilância. Os locais onde elas vão ser postas, agora como já disse, foi aberto um concurso, que não produziu efeitos, porque os concorrentes não cumpriram com o caderno de encargos. Tiveram de ser desqualificados, o concurso ficou deserto, vai-se abrir novo concurso, está-se a preparar o júri para avançar dentro de um mês está aberto novamente para os candidatos, portanto, não depende nada da GNR neste momento." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia em exercício colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: sete (07) Inês Mendonça, Domingos Coelho, Silvia Dias, André Lima, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

Votos a favor: dezassete (17) Adriano Ferrão, Paolo Funassi, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Mónica Coimbra, Helena Simões, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Carla Vieira, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos



Mendes, Carla Madeira e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Domingos Coelho: "Que fique claro da boa fé da bancada do Partido Socialista, para em primeiro lugar, admitir o ponto a discussão, podíamos ter logo recusado, admitimos o ponto a discussão, propusemos única e exclusivamente que se retirasse o ponto quatro de entre treze pontos que a proposta tem, e que numa primeira, conversação indireta houve a anuência para tirar o ponto quatro, e depois houve um recuo, eu diria perfeitamente, com falta de diálogo e voltou a bancada do PSD a colocar a proposta na sua íntegra. O PS estava disponível claramente para aprovar a proposta, se fosse retirado o ponto quatro, que é um ponto que não tem nada a ver com o problema da segurança em Albufeira. Obrigado" -----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, congratulo-me e agradeço a confiança no texto, das bancadas que votaram favoravelmente uma questão absolutamente fulcral, importante de urgência e que efetivamente mereceu o voto da maioria desta Assembleia. Certamente que nos vão ouvir, certamente que este documento vai chegar às instâncias certas e que alguma alteração haverá, questões de pormenor como uma outra bancada aqui apresentou, não são para mim relevantes." -----

André Lima: "Quero só acrescentar e reforçar, parabéns por termos aprovado a recomendação. Agora espero que os problemas se resolvam rapidamente." -----

PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

A Presidente da Assembleia em exercício apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Madeira: "Depois deste parto difícil, vamos lá então. Eu tenho três questões sobre três pontos, desta informação do senhor Presidente e a primeira tem a ver, não propriamente com a aprovação das normas do funcionamento, mas quando li, o projeto férias de Verão, porque me remeteu a lembrança de numa Assembleia em que tivemos uma mãe desesperada, porque não tinham onde deixar o seu filho, porque não teve inscrição nos campos de férias. Eu sei que este concurso, para este projeto abriu no dia trinta de março, fechou no dia dois de abril e parece que estava constantemente



bloqueado, porque foram muitas as crianças a serem escritas. A minha questão aqui é se a autarquia tem projetado mais algum campo de férias para o verão, se vai ter atenção aos mais pequeninos, porque se não estou em erro aquela mãe estava exatamente desesperada, porque não tinha onde deixar a criança, porque nos particulares não a aceitavam, por causa da idade e não conseguiu lugar nos da autarquia. Esta era a minha primeira questão, a segunda questão, eu vi aqui a aprovação de uma adenda ao contrato-programa celebrado entre o município e o Imortal basquete clube onde se prevê a atribuição de uma comparticipação financeira a título de reforço excecional no valor de cento e quarenta mil euros. Eu só queria perceber se há alguma razão para este reforço, se é algum investimento a mais, é alguma contratação espetacular? Este valor para mim, acho que é excessivo. Por último, aqui nas comparticipações financeiras e outros apoios diz o senhor Presidente que sempre que foi possível e foi na quase totalidade dos casos, a Câmara Municipal deu resposta às solicitações de estabelecimentos de ensino e clubes desportivos ou associações ou grupos, comunidades paroquiais e outros disponibilizando os transportes por eles solicitados. Eu venho fazer aqui em tom de queixa, não é bem queixa, mas um alerta, o padernense este mês recebeu três negas de transporte para o futebol de formação. Estamos a falar de crianças com oito anos, que têm que ser transportadas e que o transporte tem que ser feito com motorista habilitado para isso. Eu reparei que na minuta da arte da câmara, do dia quatro de abril, que foi feita uma ratificação de apoio de transporte solicitado por diversas entidades, pela Igreja Maná, exatamente neste dia em que foi negado ao padernense transporte para as crianças. Com a informação de que não havia disponível motorista. Eu só queria lembrar mais uma vez, que o futebol em Paderne, especialmente o futebol de formação, está a dar passos largos no desenvolvimento, já temos lá quase sessenta crianças, precisamos de apoio e precisamos no mínimo do motorista, porque as carrinhas o Padroense tem, não temos é um motorista habilitado para levar as crianças. O último jogo que houve em Lagoa, se não estou em erro, corremos o risco de não haver jogo, porque não havia transporte para todos. Há pais que trabalham, há pais que não podem levar as crianças e é urgente que esta situação seja vista. O Padroense enviou no dia três de fevereiro, um e-mail para a câmara a solicitar o transporte da época toda. Eu agradecia que isto fosse visto com alguma atenção, porque se quisermos apoiar o desporto e especialmente nas camadas jovens, temos que ter atenção a isto. Obrigada." -----



Paolo Funassi: "Lendo este documento, queria dizer que é impressionante, porque são deliberações em que houve participações ou apoio ao corpo e alma aqui da população de Albufeira, com apoios à Santa Casa Misericórdia, a Associação C.A.S.A. e para citar só alguns e também, por exemplo, a ajuda com exposições religiosas, realmente estão de parabéns, a Câmara e todos os vereadores têm colaborado para isso, independentemente dos partidos, nem sei quem votou a favor e quem não, mas parabéns. Depois queria dizer e sublinhar, que os impostos locais cobrados no período em análise corresponde a cinquenta e três por cento da receita total. Temos que também dizer que Albufeira tem os impostos mais baixos do país. Vou dizer uma coisa antipopular, desculpem, para mim até deveria ser aumentado em algumas coisas, é a minha opinião, de acordo com o resumo diário de tesouraria no dia trinta e um de março de dois mil e vinte e três, os saldos em caixa são o seguinte: cinquenta e dois milhões, um pouco mais de cinquenta e dois milhões em operações orçamentais e em operações de tesouraria mais de dois milhões. Também quero dizer, como demonstram, que as contas do município, apesar de tudo também estão sólidas, fortes, assim está de parabéns."-----

Luna Silva: "Obrigada, senhora Presidente, na informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal consta na página quinze, um procedimento de consulta prévia de aquisição de serviços para definição da estratégia de desenvolvimento, promoção e captação de novos turistas para Albufeira, a entidade adjudicatária é a empresa IPDT, Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo. O valor da adjudicação é de setenta e três mil e oitocentos e cinquenta euros, acrescido de IVA, que totalizam o valor de noventa mil oitocentos e trinta e cinco euros e cinquenta cêntimos. O partido Chega foi pesquisar o contrato supra mencionado no site base.gov a fim de perceber quais são efetivamente os serviços prestados por esta empresa, que justifiquem o valor desta adjudicação e de acordo com a cláusula um, o contrato tem por objeto a aquisição pelo município, à Associação de Serviços para a Definição da Estratégia de Desenvolvimento, Promoção e Captação de novos turistas para Albufeira, cujas especificidades se encontram descritas no anexo um do caderno de encargos. O caderno de encargos não consta no site base.gov, mas uma vez que o órgão que proferiu este despacho, foi o Senhor Presidente, o partido Chega solicita que Vossa Excelência faça uma explanação detalhada e concreta dos serviços que se refere esta



definição de estratégia, desenvolvimento, promoção e captação de novos turistas para Albufeira e ainda quais são os resultados obtidos com esta estratégia. Obrigada." -----

André Lima: "Eu vinha questionar exatamente acerca do mesmo ponto, mas a minha questão é mais rápida, o que é isto?" -----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, nós bancada do PSD/CDS queríamos saudar o executivo em três áreas, cultura, desporto, educação, entendendo que estas áreas são absolutamente fulcrais e que estão a ter prioridade por parte do executivo e muito bem e queríamos nestas três diferentes áreas que constam da informação do senhor Presidente, realçar três eventos, o Sea Fest, que foi um evento magnífico realizado pela Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, em conjunto com a Câmara Municipal e que reuniu a nossa comunidade à volta do Mar, da cultura, do artesanato, da música e que é bem representativo daquilo que é o gosto dos Albufeirenses, por estas áreas e que teve um sucesso enorme, que teve muita adesão. Olhando para aquela praça, parecia que estávamos em outra ocasião com outra importância, como, por exemplo, dia do município e alguns fins de anos que eu vi, que também continha menos pressão na altura e, portanto, juntou-se realmente muita gente à volta deste festival que eu acho que deve ser uma aposta, foi uma aposta ganha por parte da junta e da Câmara, que deve ser para continuar. Outro evento que começou a ser organizado há uns anos atrás também pelo executivo de PSD/CDS, que é absolutamente magnífico, e que é referenciado a nível nacional, a festa do basquetebol que junto às famílias, à volta de uma modalidade que é muito acarinhada por todos os Albufeirenses. E que, por aquilo que me é dado conhecimento, gera até alguma ansiedade por parte de pessoas de outras cidades, e que quando não se pôde realizar, gerou muita tristeza e, portanto, de enaltecer efetivamente a volta da festa do basquetebol a Albufeira, que é um evento também magnífico. O outro representando a educação, o Opto, que é também uma aposta ganha que está neste momento a decorrer, salvo erro ainda, e que reúne a comunidade educativa do concelho à volta das futuras opções profissionais dos nossos jovens e que junta ali também aquilo de bom que nós temos para dar aos nossos jovens, para mostrar, concedendo-lhes ali opções de mais diversos níveis, seja daquilo que é o ensino profissional, seja daquilo que é o ensino superior e que é também sem dúvida para continuar uma aposta ganha deste executivo." -----

Helena Simões: "O documento é vasto e por muito que se tente, não se consegue chegar a tudo e a todos, mas, efetivamente, eu gostaria de falar de duas iniciativas



que me são muito queridas, e que acho que também, pelo menos uma delas confina com a questão do estado da nossa juventude, confina também com o estado da questão da segurança ou às vezes a insegurança na classe jovem e gostaria de enaltecer a iniciativa da CPCJ em colaboração com o município que permitiu a vinda que já tinha estado agendada, mas porque por questões de COVID, teve que ser adiada de projeto Educar para o Direito, só lamento não ter estado presente, porque, infelizmente, na altura me encontrava fora do país. É um projeto que eu já acompanho há alguns anos a esta parte, que é da autoria da doutora Paula Varandas e que, em síntese, e porque é que eu digo que é importante do ponto de vista da segurança e do ponto de vista da juventude? Porque a pretensão e a intenção, é de uma forma adequada ao recetor, que são jovens, a camada jovem, entre os catorze e os vinte anos, desmistificar a ideia de que eles às vezes são inimputáveis e que nada lhes acontece perante os pequenos atos de delinquência que vão cometendo na vida. É um projeto fantástico, acho que deveria ser replicado nas escolas de uma forma quase anual e cíclica e a forma como é ministrado, a advogada em questão, a colega em questão, tem uma forma de conseguir chegar à camada jovem e fazer-se entender, por isso, gostaria de agradecer ao município o ter colaborado nesta iniciativa e espero que seja uma iniciativa para repetir todos os anos, porque a camada jovem vai crescendo e são ensinamentos que ficam para a vida. A segunda questão não podia também deixar de passar, uma vez que ontem fez três anos do CAT, que é o centro de acolhimento temporário de emergência, que também só foi e continua a ser possível graças à grandiosíssima ajuda deste município e em que, nos seus parques três anos de tenra idade já conseguiu reabilitar, reintegrar sessenta e três por cento dos utentes que por lá passaram. O Presidente já teve oportunidade, bastava salvar um para que o investimento valesse a pena, aqui estamos a falar bem mais do que um, e uma vez mais, espero que seja um projeto para continuar, porque continua o resto do país de olhos postos em nós e aqui não estamos numa questão de comparação de concelho para concelho. Obrigado por estas iniciativas."-----

Presidente da Câmara: "A questão da deputada Carla Madeira sobre as sugestões que fez relativamente às férias do Verão, vai-se refletir depois em todos aqueles que ficaram por colocar, na certeza, porém, de que é impossível, não há meios suficientes para abarcar todas as crianças, todos os pais que querem os seus filhos, seus educandos nos campos de férias. Aliás, o objetivo com que foram criados estes campos



de férias era no sentido de que entidades privadas e não a Câmara, a Câmara é que iniciou com o nome Educação no verão e surgiu precisamente isso nessa altura, há uns anos, para que outras entidades a seguir tomassem o papel da Câmara, tal qual como fiz também a mesma coisa nas atividades de enriquecimento curricular, que foi também a Câmara que tomou a iniciativa de gerir as atividades de enriquecimento curricular nas escolas durante alguns anos, depois a partir de um determinado momento, entendi que a Câmara tinha que delegar, até pensava que as associações de pais de algumas delas podiam também organizar essas atividades de enriquecimento curricular, não aconteceu grandes casos desses, chegou a acontecer que não havendo meios financeiros, quando houve a crise financeira em dois mil e nove, dois mil e dez, chegou a acontecer não tendo nós monitores para ir monitorizar as atividades de enriquecimento curricular, como não havia grande necessidade de obras e projetos, porque também não havia grandes meios financeiros no município, na altura do apoio que tivemos do PAEL. Enfim, uma crise financeira bastante profunda em vários sítios, não foi só aqui, obviamente, e nessa altura coloquei técnicos superiores da câmara a fazer de monitores nas escolas, nas horas de trabalho, em vez estar a trabalhar aqui, a fazer um projeto ou outro trabalho qualquer, como não havia tanta necessidade disso, para evitar pagar e na altura, não era fácil arranjar gente para essa atividade. E agora são as escolas a organizar e acho que está muito bem entregue. Os campos de férias ainda houve clubes na altura que ainda começaram a organizar os campos de férias, mas não pegou. Neste momento não sei se ainda há alguns. Relativamente à questão da adenda do imortal basquete clube, foi para reforçar a questão do projeto do basquete feminino, do basquete masculino, porque tinha ficado logo mais ou menos no início pensado e trabalhado no sentido que, no início seria uma determinada verba e depois havia conforme as necessidades havia alguma, para além disso tem toda a atividade da parte dos jovens, que tem muitos a competir. A questão do transporte do padernense, ou falta dele, neste caso. O padernense também já vai ter um autocarro, tal e qual, como tem o Guia futebol clube, tal qual como tem o ferreiras, como tem o imortal, um autocarro cedido pela Câmara e que também vai ter agora e vai receber uma verba que nós, há uns anos damos uma verba de vinte mil euros para adquirir uma carrinha de nove lugares e também vai permitir haver mais alguma possibilidade, no entanto, há situações que estão dadas a outras entidades e não a outras, porque muitas vezes é uma questão de chegar primeiro, não é a questão de vontade própria,



porque se as pessoas fizerem os pedidos com a devida antecedência, a não ser algum lapso que haja por aí, a ordem tem que ser a ordem de chegada. A Luna Silva sobre a aquisição dos serviços ao IPDT, lembro que é um instituto especializado na questão turística e na altura que fez trabalhos neste campo, precisamente mais ou menos com a estratégia turística, para delinear a estratégia turística para Vila Nova de Gaia e outros municípios que agora não me recordo, mas sei que um deles foi Vila Nova de Gaia e acho que é uma entidade sem qualquer dúvida, de responsabilidades. Era para ter a primeira reunião com eles e ainda não consegui, porque houve uma pessoa que adoeceu. Sobre os resultados obtidos, claro que ainda não temos resultados obtidos, evidentemente que há uma previsão de ter resultados obtidos, um estudo qualquer que ele seja, primeiro tem que ter entrevistas, há-de ter questionários, estudos de rua, agências, por aquilo que me parece, é um estudo bastante completo, mas posso enviar o caderno de encargos, não tem problema absolutamente nenhum. Sobre o Carlos Quintino, evidentemente que tudo o que corre bem e dentro da possibilidade, eu já disse há bocado, temos aqui alguns eventos de charneira, que são a âncora, que já têm uns oito anos, as festas do basquete já se organiza em Albufeira há dez anos, e há essa ansiedade para vir para cá e já está garantido para o próximo ano, continua a ser aqui realizado. É muito importante isso que disse e é verdade, não é só os jovens que vêm praticar, os sub dezasseis, quer masculinos, quer femininos, mas é também as próprias famílias que acompanham os filhos nesta altura, e é ver a quantidade de gente que estava aí, este evento traz já agarrado a ele e as pessoas já estão ansiosamente à espera que chegue altura da Páscoa, porque é sempre no período de interrupção da atividade letiva. Relativamente à casa que está a ser gerida pelo C.A.S.A, com certeza que é para continuar, aliás, temos uma proposta e temos verba no orçamento prevista precisamente para aquisição e essa percentagem de, sessenta e três por cento de pessoas que entraram lá, que eram sem-abrigo, viviam na rua e já estão localizadas em sítios de vida, digamos, quase normal, digamos assim, isso é extraordinário, porque disse e repito, quando se consegue recuperar, nem que seja uma pessoa já o investimento é recuperado, quando se consegue recuperar muito mais, melhor ainda, pronto e isso é de uma alegria extraordinária. Relativamente a outra atividade desenvolvida no âmbito do direito, é uma sugestão interessante para os alunos da escola, porque tem que ser nas escolas que se aprende, só que a parte escolar depende da direção da escola, pode ser, por exemplo, aquilo que eu disse há bocado, em



enriquecimento curricular poderia ser incluídos precisamente nisso. Não é preciso ir ocupar aulas com este tipo de coisas. Eu lembro que aqui há uns anos instituí o xadrez na escola no primeiro ciclo e nesta altura ainda era possível o xadrez ir substituir aulas do primeiro ciclo. Só que agora isso já não é possível, daí depois teve que ser abandonado." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia em exercício passou ao ponto seguinte.-----

PONTO DOIS

Tomada de conhecimento dos apoios concedidos às Juntas de Freguesia do concelho de Albufeira;-----

A Presidente da Assembleia em exercício apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Paolo Funassi: "Eu queria citar explicitamente Dinis Nascimento, João Ruaça, Jorge Carmo, Indaleta Rita Cabrita e a Câmara Municipal, porque estão sempre a fazer eventos e a dinamizar o concelho, portanto, estão de parabéns, independentemente dos partidos, estamos todos juntos no mesmo barco, estão de parabéns." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO TRÊS

Tomada de conhecimento do Relatório do ano de 2022 do Estatuto do Direito de Oposição; -----

A Presidente da Assembleia em exercício apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Só duas notas, uma eu diria de reconhecimento pelo lado positivo, finalmente, este ano já há uma referência às propostas que são apresentadas aqui na Assembleia, o ano passado nem isso aparecia e já agora outra, diríamos pelo lado menos positivo ou negativo é a ausência muitas vezes de respostas a questões colocadas pela oposição, falo enquanto oposição, respostas muitas vezes, diríamos colocadas aqui do ponto de vista oral ou outras, inclusivamente postas por escrito. Penso que este direito da oposição sem ouvir a oposição é uma espécie de quase, juiz em causa própria. Obrigado."-----



Presidente da Câmara: "Evidentemente, poderá nem tudo estar respondido, nem tudo ser respondido na altura, mas depois com certeza que as respostas vão aparecendo, no entanto, com certeza que vai sendo melhorado dia a dia ou de ano a ano, esperamos." --

Carla Vieira: "Não obstante, se encontrar legalmente definido pela lei setenta e cinco de dois mil e treze, de doze setembro, o regime jurídico das autarquias locais e ser da competência do Senhor Presidente da Câmara dar cumprimento do estatuto do direito da oposição, a verdade é que o cumprimento por parte da Câmara Municipal dos princípios nele estabelecidos não têm sido cumpridos, na medida e que, no que concerne ao direito de informação, apesar de nos serem apresentados regularmente relatórios sobre a atividade municipal, muitos assuntos já foram especificamente questionados pela bancada do Albufeira Prometida e solicitada documentação de suporte que nunca foi até a presente data enviada. No que diz respeito ao direito de audição sobre propostas dos respetivos orçamentos e planos de que me recorde, o cumprimento em concreto deste direito, nunca foi cumprido, pois, para além de nunca termos sido ouvidos, porque nunca fomos chamados a participar, por iniciativa do Albufeira Prometida foram enviadas diversas propostas de inclusão no orçamento de várias sobre várias matérias que, neste momento, se encontra em execução e que não tiveram qualquer acolhimento. Por último, no que diz respeito ao direito de pronunciamento de intervenção e presença, a verdade é que nem sempre recebemos convites para assistir aos diversos eventos que se realizam no concelho, por exemplo, os membros que representam o movimento Albufeira Prometida nesta Assembleia não receberam qualquer convite para estarem presentes nas cerimónias do hastear da bandeira nos Paços do Concelho, no passado dia vinte e cinco de Abril. Contudo, em cumprimento nosso dever e como cidadãos também, marcámos a nossa presença. Muito obrigado." ---

Luna Silva: "O partido Chega vinha apenas referir que nem sempre este direito de oposição é efetivamente cumprido por este executivo, dada a ausência de respostas e o não envio de documentos, como ainda agora sucedeu, coloquei uma questão, a questão não foi devidamente respondida, eu pedi que fosse apresentado pelo menos dois ou três exemplos do que é que esta empresa trata e a resposta que me foi dada foi que, vai ser entregue o caderno de encargos, quando não foi isso que foi solicitado pelo partido Chega, no entanto, irei ficar então a aguardar que, pelo menos me enviem este documento obrigada." -----



Presidente da Câmara: "O direito da oposição há de ficar um bocadinho mais perfeito com certeza para o próximo ano, isto é sempre assim, a melhoria contínua, portanto, assim o obriga. Relativamente à questão das respostas não dadas, não é bem verdade que a questão do IPDT foi respondida. Respondi que havia reuniões, havia questionários, estudos de rua, de contagem de pessoas, há uma série de inúmeros aspetos que serão as premissas para se atingir determinados resultados, portanto, é isso que se pretende, precisamente pretende-se o que está lá escrito no nome do projeto, é captação de novos turistas para o concelho de Albufeira, inclusivamente até se pode pensar aqui, aquilo que já falámos há bocado, sobre as características das próprias pessoas que vêm para cá, porque ainda há dias soube que havia determinadas agências que traziam turistas do estrangeiro para cá, no avião, entrega-os nos bares, ia buscar dos bares para o avião outra vez, sem ir a um hotel nem nada. Isso ouvi eu de fonte segura, portanto, isto pode com certeza, ajudar nesse campo e noutros. É um estudo estratégico como outro qualquer." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO QUATRO

Tomada de conhecimento das retificações efetuadas no Regulamento de Taxas e Outras Receitas do município de Albufeira; -----

A Presidente da Assembleia em exercício apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Presidente da Câmara: "Isto decorre da lei, portanto, está escrito a forma como é que foi calculado os aumentos, que é através da média dos índices de preços que são publicados em Diário da República." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento. -----

Uma vez chegada a meia noite a Presidente da Assembleia em exercício colocou a votação a continuação dos trabalhos, que foi aprovado por maioria. -----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos do Concurso Público para "Ampliação da rede de abastecimento de água no concelho de Albufeira"; -----



A Presidente da Assembleia em exercício apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Paolo Funassi: “Este é um tema um bocado pessoal, em Itália tínhamos uma empresa pública de águas, tínhamos a cargo trinta e seis municípios, então a sugestão que queria dizer é que, se pode vir em cada ponto da ordem do dia aprovar um bocadinho uma obra, eu acho que deveríamos pensar na questão da água como o todo, entre unir uma bacia do Algarve, toda a região do Algarve, que é ministrada pela empresa Águas do Algarve, e também cooperar já com o Baixo Alentejo, porque a situação está cada vez pior e se cada um pensa só na própria cidade, obviamente não se resolvem problemas e mesmo porque Albufeira tem mais ou menos trinta por cento de perda de água, e precisa de milhões para fazer intervenções. Estamos aqui a aprovar na ordem do dia um bocadinho um bocadinho, mas eu acho que também se houvesse empresa a nível regional forte poderiam também fazer intervenções que Albufeira precisa, porque a água vem também da serra que é outro concelho, então era pensarem num todo.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia em exercício colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Luna Silva. -----

Ausências: uma (01) Carlos Vieira. -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Adriano Ferrão, Paolo Funassi, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras.---

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Inventário do Património respeitante ao ano 2022; -----

A Presidente da Assembleia em exercício apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----



Domingos Coelho: "Neste ponto, gostava de questionar o Senhor Presidente, que terrenos, ou quantos terrenos tem o município? E se no âmbito agora da revisão do PDM, não seria possível alguns destes terrenos serem mobilizados para construção?"--

Luna Silva: "Na página três da apresentação dos valores patrimoniais referente ao ano dois mil e vinte e dois, no ponto cinco, ativos fixos tangíveis, lê-se o seguinte: nesta família de ativos, bens de domínio público, edifícios de outras construções o município é proprietário de alguns bens, sem valor inicial registado ao qual ainda não foi possível atribuir o valor patrimonial tributário por não dispor da respetiva caderneta predial. Estes ativos são maioritariamente bens de domínio público e bens de domínio privado, cujo valor patrimonial não temos conhecimento por não temos a caderneta predial dos mesmos em nome do município, estando as mesmas em nome dos superficiários. Esta informação é exatamente a mesma que foi apresentada no ponto seis da Assembleia Municipal do dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e dois. Nessa Assembleia Municipal, eu perguntei ao Senhor Presidente qual era o motivo da Câmara Municipal não ter em sua posse as cadernetas prediais, visto que na segunda situação, a mesma refere que está em nome dos superficiários, mas isso não impede que a câmara não tenha em sua posse as cadernetas prediais. Evoquei artigos da legislação, da Lei de Bases Gerais da política pública, dos solos, ordenamento do território e de Urbanismo. Coloquei várias questões pertinentes, como qual é o motivo destes imóveis não terem cadernetas prediais? Porque é que estes imóveis não estão avaliados? Porque é que não foi entregue o modelo um do IMI, aquando da celebração do contrato de direito de superfície e se estes imóveis não tinham certidões permanentes. E na altura, o que o Senhor Presidente me respondeu foi o seguinte: "relativamente à questão da avaliação do património, vou deixar essa questão e as questões levantadas pela deputada Luna Silva que são questões mais do ponto de vista jurídico, há situações que sendo mais antigas há este tipo de dificuldades de cadernetas de registos, de uma série de situações que até aos próprios edifícios na administração central com vários anos, não estão registados, mas ainda é uma situação que tem que ser ajudada a resolver." Decorrido um ano, eu pergunto ao Senhor Presidente por que motivo é que esta situação ainda se mantém? Obrigada." -----

Presidente da Câmara: "O Deputado Domingos falou sobre a questão dos terrenos, não sei quantos terrenos tem, tem alguns, mas claro que a grande maioria são cedências de loteamentos que nem sempre dão para construção, alguns deles até nem estão registados, há não sei quantos anos, isto responde um pouco também à deputada Luna, é um problema que não se consegue resolver imediatamente, se alguns já estão resolvidos, há outros que aparecem novos, nomeadamente o Centro de Saúde, tem precisamente essa questão, está construído num terreno da Câmara e não está registado em nome da ARS, portanto, isto é um exemplo. Agora é que foram

transferidas as competências para a saúde, portanto, isto não é nada fácil, não se resolve num ano de maneira nenhuma, portanto, e não é isso que é assim tão importante, portanto, vai-se resolvendo, evidentemente, o património não desaparece. Agora vamos é resolvendo as coisas, e os serviços estão aqui para ouvir precisamente essas procuras de registo e de cadernetas, com certeza que se hão-de encontrar.”-----
Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia em exercício colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: três (03) Mónica Coimbra, Luna Silva e Carla Vieira. -----

Ausências: uma (01) Carlos Vieira. -----

Votos a favor: vinte (20) Adriano Ferrão, Paolo Funassi, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, dos Documentos de Prestação de Contas do Município de 2022, incluindo a proposta de aplicação de resultados; -----

A Presidente da Assembleia em exercício apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: “Declaração da bancada do Partido Socialista relativamente ao ponto sete da ordem de trabalhos, um: a proposta de prestação de contas que agora se delibera deve, no nosso entendimento ir para além do mero exercício contabilístico, para se constituir no momento de análise de toda a gestão e execução orçamental de dois mil e vinte e dois. Dois: reconhecer desde já, o trabalho desenvolvido pelos técnicos da autarquia na elaboração do presente documento. Três: aquando da aprovação da primeira revisão orçamental de dois mil e vinte e dois e a transição de saldo do ano anterior foi assinado entre o Partido Socialista e o executivo uma declaração de compromisso que previa a realização de alguns projetos, obras. Ao longo de todo este tempo nunca foi apresentado qualquer relatório de execução do dito compromisso, apesar de vários pedidos nesse sentido, inclusivamente por escrito.



Quarto: ainda neste contexto político, foi assumido pelo Senhor Presidente que daí em diante todos os assuntos, decisões de cariz estrutural seriam apresentados aos partidos forças políticas com o devido tempo para que pudessem apresentar propostas. Todavia, tal assunção nunca se concretizou. Cinco: seguem-se alguns valores constantes em várias rubricas desta prestação de contas, que caracteriza a gestão e execução orçamental desenvolvida pelo executivo. Alínea a) receita de dois mil e vinte e dois, noventa e quatro milhões, dos quais cinquenta e cinco são só de IMT e que, no ano anterior, dois mil e vinte e um, o valor que tinha sido são, quarenta e dois milhões, ou seja, passou de quarenta e dois para cinquenta e cinco milhões. Alínea b) despesa corrente, despesa prevista no orçamento sessenta e quatro milhões, despesa corrigida que consta neste documento passou para oitenta e oito milhões, uma diferença de vinte e quatro milhões a crescer, ou seja, quase um terço a mais do previsto e do corrigido. A linha c) taxa de execução da despesa corrente oitenta e três por cento, taxa de execução da despesa de capital, trinta e oito por cento. Os números são iguais, mas são ao contrário, oitenta e três e trinta e oito. Despesa por alguns setores, cultura um vírgula oito por cento, habitação zero vírgula quatro do total de custos do orçamento, na média dos últimos quatro anos. Faturação da água previsto no orçamento para compra dois milhões vírgula cinco, inscrito na prestação de contas como custo seis milhões, inscrito como proveitos nove vírgula nove milhões, ou seja, previa-se dois e meio comprou-se seis, vendeu-se nove e meio. Outros indicadores, peso da despesa de investimento na despesa total em dois mil e vinte e um, vinte e nove por cento, em dois mil e vinte e dois, treze por cento, ou seja, a despesa de investimento baixou de um ano para outro, de vinte e nove para treze por cento. Despesa corrente na despesa total em dois mil e vinte e um, setenta e um por cento, em dois mil e vinte e dois oitenta e seis por cento, ou seja, a despesa corrente da despesa total passou de setenta e um para oitenta e seis por cento, de vinte e um para vinte e dois. Festas de fim-de-ano que consta na prestação de contas quinhentos e quarenta e sete mil euros e eu pergunto e o resto? Porque já foi aqui admitido que parece que, e não desmentido que andaria à volta de um milhão de euros. Gastos na gestão do ruído, cinco mil euros, quando Albufeira tem um brutal problema do ruído, foram investidos cinco mil euros. Recebimentos em atraso, quatro vírgula nove milhões, quase todos eles de fatura de água que não foi paga à autarquia. Numa conclusão de execução orçamental, podemos concluir que houve um aumento constante na despesa corrente, uma diminuição na



despesa de investimento e esta despesa investimento como uma baixa taxa de execução, um baixo investimento na habitação, na cultura e na componente ambiental. Transições de saldo dos últimos quatro anos a rondar os cinquenta milhões de euros, faturação de água com saldo positivo a rondar os quatro milhões, em dois mil e vinte e dois. Todavia, ainda foi necessário recorrer a um empréstimo para realizar obras estruturantes. A concluir nesta prestação de contas, propõe-se uma proposta para transferir dez milhões para a conta do património. A minha pergunta é se esta proposta vai ser aceite? E já agora, um pouco neste contexto, porque não, de futuro, o município criar um fundo municipal, com um x por cento do saldo, todos os anos fosse remetido para esse fundo e só numa situação, de maioria qualificada é que podia ser mobilizado. Isto para que possamos daqui a uns anos, numa crise qualquer que o turismo está constantemente sujeita, termos ali um pé-de-meia municipal para algumas despesas para aqueles mais pobres." -----

Luna Silva: "A introdução da prestação de contas do município de Albufeira do ano de dois mil e vinte e dois, refere que houve, no decurso dos últimos anos, um aumento da despesa pública no que diz respeito aos apoios de cariz diversa e a diminuição da receita pública decorrente de isenções e reduções de taxas e tarifas. Contudo, e cita-se no ano dois mil e vinte e dois foi notável no que concerne ao imposto municipal sobre as transmissões onerosas, verificando-se um aumento algo inesperado no lado da receita municipal, auxiliando o equilíbrio das contas públicas. No ano dois mil e vinte e dois, a receita cobrada bruta atingiu os cento e trinta e seis milhões de euros, sendo que a receita cobrada líquida atingiu o montante de, cento e trinta e três ponto seis milhões de euros, dos quais trinta e seis ponto dois milhões de euros corresponde ao saldo de gerência que transitou do ano anterior e noventa e sete ponto quatro milhões de euros à cobrança. O saldo de gerência apresentou um aumento no ano dois mil e vinte e dois, no montante doze ponto dois milhões de euros, apresentando assim um valor total de quarenta e oito milhões, quinhentos e sete mil oitocentos e cinquenta e dois euros e noventa e cinco cêntimos e as despesas. A despesa corrente paga no ano de dois mil e vinte e um apresentou montante de sessenta e oito ponto um milhões de euros e no ano dois mil e vinte e dois, o valor já foi de setenta e três ponto cinco milhões de euros. As rubricas de despesas correntes pagas tanto no ano dois mil e vinte e um, como no ano dois mil e vinte e dois que apresentam um maior valor, são as despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços. E não seria de admirar, se



analisarmos o quadro onze, execução da despesa paga com a aquisição de bens e serviços que se encontra na página trinta e oito, podemos ver que o valor mais alto a seguir a limpezas e higiene, foi a rubrica outros serviços com valor de três milhões, quatrocentos e cinquenta e nove euros e dez cêntimos, que trata de ser espetáculos e serviços. Nas outras rubricas, como é o caso da habitação que é das maiores problemáticas do nosso concelho, aponta para um valor altamente inferior de apenas um milhão cento e cinco mil setecentos e dezasseis euros e setenta e um cêntimos. Ainda e por fim, sobre o endividamento municipal, a prestação de contas refere que o município é devedor a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e dois, no montante de catorze milhões, novecentos e oito mil oitocentos e um euros e sessenta cêntimos só a empréstimos. A Câmara Municipal tem uma dívida de um empréstimo a curto prazo de quase novecentos mil euros e de um empréstimo a longo prazo de quatro milhões de euros. Contudo, esta câmara, entende que é benéfico para o município a título de investimentos, vir pedir mais um empréstimo, agora de dezassete milhões de euros e seiscentos mil euros, que só em juros ascende os nove ponto oito milhões de euros, para agora a câmara passar não a ter dois, mas três empréstimos e assim aumentar o endividamento municipal. Eu pergunto ao Senhor Presidente, que tipo de gestão é esta? Qual é que é ao fim ao cabo a estratégia de contas desta câmara? Temos um aumento de receita que pode possibilitar o pagamento destes empréstimos e evitar que se peça outro, mas o que é feito é o contrário. Num ano em que se teve um aumento da diferença de saldo de gerência de doze milhões de euros, a câmara aumenta a dotação da rubrica de espetáculos e agora vem solicitar um empréstimo com base em investimentos necessários, quando ainda tem pendente o pagamento de dois empréstimos. Clamo por esclarecimentos senhor Presidente, obrigada." -----

Carlos Quintino: "A bancada do PSD/CDS após analisar o relatório anual do órgão de gestão, relatório de atividades contas, enalteço o papel importantíssimo dos serviços para elaboração deste momento, que é um documento complexo e gostaria de destacar o investimento realizado em infraestruturas de cariz social. A saber foi construído o Lar, Creche e Centro de Dia de Olhos de Água, habitação social em Paderne, foi feita a ampliação da EB 2, 3 Diamantina Negrão. Foi tirado o amianto também, um novo ginásio na Diamantina Negrão e a reabilitação da creche Guia e estes serão os pontos que nós gostaríamos de destacar, porque reflete efetivamente aquilo que é a preocupação deste executivo nesta área e com as pessoas. No que diz respeito àquilo que o



relatório espelha com mais ou menos percentuais de taxas de execução, aquilo que sai em resumo, eu diria que, é o que o município de Albufeira é um município saudável do ponto de vista financeiro e também que, independentemente de ter tido como opção política, porque são opções políticas contrair um novo empréstimo, só o faz porque tem capacidade de endividamento para o fazer. E eu já na última intervenção sobre esta temática, citei alguém que me disse uma vez: para que é que servem os bancos? Servem para emprestar dinheiro e se efetivamente o município tem essa possibilidade, eu concordo que efetivamente o faça, independentemente de ter outros dois empréstimos que são certamente passíveis de ser pagos assim como este novo que vai contrair e continua a investir nas pessoas, que é isso que este relatório de contas reflete. Muito obrigado." -----

Paolo Funassi: "Também queria sublinhar o compromisso ambiental deste documento, também tem comprado viaturas elétricas, por exemplo, estava para citar as coisas que citou o deputado Quintino, que se antecipou. Também queria dizer sobre a questão do endividamento, que para mim é uma medida inteligente. Porquê? Não perdemos liquidez. Trabalhamos com a liquidez dos bancos e, portanto, as empresas também, por exemplo, têm rácio de dívida, às vezes duas ou três vezes, a meu entender, obviamente, é uma medida inteligente, pois não perdemos a liquidez, imagine que manhã pagamos catorze milhões e pronto, ficamos com menos catorze milhões. Assim pelo menos continuamos a trabalhar e não nos descapitalizamos. Dito isto, as contas demonstram a solidez da Câmara e da cidade e aqui não é PS, PSD, é a cidade que está bem sólida. Por último, queria dizer há que pensar, que há uma receita que pode aumentar, que é para mim, a mais baixa que temos no país, o IMI. Em Itália, por exemplo, quem tem segundas habitações paga um IMI diferente, paga muito mais que o IMI da primeira casa. Aqui em Portugal, acho que por lei ainda não tem implementado isso, poderia ser uma sugestão, gostei da sugestão do Domingos Coelho, para ter um fundo de uma pequena percentagem de cada ano, qua assim numa próxima crise, temos como se diz em português pé de meia. Parabéns não só à Câmara, mas também obviamente à Junta de Freguesia, porque toda a cidade aqui é um conjunto." -----

Luna Silva: "Queria apenas fazer uma nota, um município que pede três empréstimos bancários é de longe, um município como umas contas sólidas." -----

Carla Madeira: "Eu só queria dizer o seguinte, na última Assembleia tivemos aqui, nem sei quanto tempo a debater a questão do empréstimo, empréstimo para a frente,



empréstimo para trás, e como o Senhor Presidente bem explicou isto era basicamente uma abertura quase de crédito, caso os concursos fossem adjudicados, o empréstimo seria feito. Portanto, estamos aqui a pôr a carroça à frente dos bois e a fazer aqui uma grande tempestade sem necessidade disso. Vamos votar para irmos todos, embora."-----

Presidente da Câmara: "Muito genericamente, o Domingos Coelho falou essencialmente sobre as despesas correntes, despesas de capital, mas, e faço notar que, as despesas correntes no ano dois mil e vinte e dois, ainda são muito reflexo daquilo que é o investimento nas próprias pessoas, portanto, porque quando se fala no desporto, na cultura, não podemos é dizer que são apenas espetáculos, não. Se não se fizesse nada era porque não se fazia nada, mas faz, faz-se desporto, faz-se cultura, tudo isso faz parte da promoção de um concelho, da promoção e não só, da vida do concelho, dos residentes. O apoio social que se dá, como já disse há pouco, faz parte das despesas correntes, a questão dos pagamentos de serviços, nós temos a água que temos de pagá-la às Águas do Algarve, temos o tratamento de águas residuais, estamos a pagá-la, às Águas do Algarve, temos a questão da limpeza e recolha urbana, temos que pagar à empresa que faz essa recolha e depois temos que pagar à Algar, a deposição desses RSU's, portanto, isto em termos genéricos, está explicado a questão do Orçamento. Depois temos aqui questões, o IMT é um imposto, é uma receita que nós não sabemos o que é que vai acontecer, sabemos o que é que aconteceu nos meses atrasados, mas não sabemos o que vai acontecer no mês a seguir, porque é um imposto que nós não conseguimos, de maneira nenhuma controlar nem quantificar, porque depende da vontade da compra ou não compra das pessoas ou das empresas, não é? Porque reparam, se uma determinada empresa for vendida a um fundo, isso não gera IMT, é o que é, é a lei que temos. Podem ser vendidas milhões de euros, e no entanto, IMT zero. Relativamente à questão dos empréstimos, já estou como a Carla Madeira falou, portanto, aqueles empréstimos vieram aqui à Assembleia e que hão de vir, depois de vir do Tribunal de Contas novamente, são apenas empréstimos que se destinam a realizar investimentos em obras e não servem para outra coisa. E só é ativado aquele empréstimo à medida que a obra estiver feita, com um auto de medição e perante o auto medição é que o banco despenaliza. Se é preciso pagar cinquenta mil euros a um empreiteiro, faz-se um auto de medição de cinquenta mil euros e vai-se ao banco. E tira-se cinquenta mil do empresto, e é assim, até pode acontecer que nem seja ativado



nada. Era bom que não fosse, se houvesse outra fonte de financiamento que não há. Relativamente à questão da habitação, é bom de ver que nós, nos últimos dois, três anos, adquirimos bastantes habitações, apartamentos a nível individualizados, um num lado e outro noutro, temos agora dezassete para distribuir, temos mais as quarenta casas de Paderne para distribuir. Já há aqui qualquer coisa relativamente à habitação, estamos a desenvolver um projeto, que está praticamente acabado, só falta um pequeno pormenor com as infraestruturas de Portugal, um levantamento da linha férrea nas Fontainhas e está bastante distante, não é esse o problema, acho que até já tem data marcada para entregar as especialidades e para que essas setenta e duas casas, sejam depois financiadas pelo PRR. Temos mais trinta, a construir nos Calijos, e uma coisa é certa, aquilo que o deputado Domingos falou é verdade, e eu tenho dito isso nos últimos dias, a Câmara de Albufeira não tem terrenos, não tem terrenos para construir habitação, tem de os comprar e depois temos que fazer precisamente aquilo que disse, ter a questão do PDM para a fazer a construção da habitação. Já disse várias vezes, em vários sítios, nomeadamente na AMAL, nomeadamente em reuniões com empresários, que o Governo, dada a falta de habitação que há, para determinado tipo de empregados, seja na indústria hoteleira, seja professores, seja médicos, seja outras profissões, devia de uma forma provisória, durante cinco anos, por exemplo, autorizar que, num terreno classificado como enquadramento rural ou reserva Agrícola, autorizar a colocação de casas pré-fabricadas, desde que houvesse por perto água, saneamento e rede viária e possibilidade de colocar energia elétrica. Isso resolvia um problema que é premente, porque se estamos a discutir hoje isto, para o ano vamos estar a discutir a mesma coisa. Como é que, é possível pensar em rendas acessíveis, em habitação com rendas acessíveis, se a Câmara agora fosse comprar terrenos que o PDM atual permite construir, era um balúrdio de dinheiro, como é que nós podíamos depois, se o próprio terreno já foi extremamente caro, como é que depois podíamos ter rendas acessíveis? Era impossível, portanto, não há milagres, é como disse aqui o deputado Carlos Quintino, se há possibilidade de haver endividamento, é bom sinal, é sinal que a Câmara tem capacidade de endividamento, que há outras que infelizmente para elas, não têm. Por outro lado, também queria reforçar a ideia do deputado Carlos Quintino, nomeadamente nas obras que estão para começar a laborar, o caso do Lar dos Olhos de Água, as duas fases da escola Diamantina Negrão, o reservatório de água da Mosqueira. As suas 40 casas em Paderne, a creche



da Guia, o saneamento na zona norte de Paderne, uma parte da primeira fase já está terminada, portanto, há aqui muitas obras que foram feitas, há muitas obras a fazer. Por exemplo, o Lar das Fontainhas já foram duas ou três vezes a concurso, ainda não se conseguiu, agora houve apenas um concorrente que ultrapassou de alguma forma, o valor que estava em proposta, à volta de seis milhões ou sete milhões de euros, se ficar deserto novamente, evidentemente, que não há investimento de capital. Também a questão de redução de capital. Serve precisamente para isso, a estrada do Paraíso que é aquela estrada que vai de Vale Paraíso, até depois das Ferreiras, que é a parte municipal, porque a outra parte é das infraestruturas, essa estrada foi a concurso o ano passado, ou há dois anos e ficou deserto. Agora já está a concurso novamente e já está em fase de escolha de propostas, parece que vai ser desta, isso é uma das obras que está naquele memorando que foi assinado com o PS, por exemplo, vai ser feita agora, não foi feita ainda porque não houve concorrente. A unidade de Cuidados Continuados da Guia, já foi a concurso, houve quatro concorrentes, houve reclamações, lá está, tem de demorar, mas foram concursos já, portanto, tudo isso está a avançar, não se pense que estamos aqui parados. Agora, evidentemente, com as crises todas que vão surgindo, primeiro foi em dois mil e nove, dois mil e dez onze foi a crise financeira dramática, mas conseguimos ultrapassá-la de uma forma muito responsável e muito rígida. E conseguimos ultrapassar, conseguimos pagar o PAEL muito antes. Podia até nem ser pago, porque normalmente até é vantajoso ter empréstimos, porque são taxas de juro bastante baixas. Eram, agora já são mais altas, claro, obviamente, depois tivemos a pandemia, tivemos dois anos, gastámos cerca de vinte e cinco milhões de euros em apoios. Depois tivemos agora a questão da inflação, questão dos aumentos de preço. Por exemplo, o ferro já baixou imenso no mercado internacional, não se reflete ainda nada, porquê? Porque aumentar é fácil diminuir, reduzir é muito difícil, portanto, nós temos de nos consciencializar, não venham para aqui dizer que a Câmara de Albufeira está mal economicamente, financeiramente, não está, a Câmara cumpre os compromissos todos, evidentemente, pode ser com algum atraso, mas isso não é pela razão de não haver verbas, é porque tudo o que é comprado está cabimentado, portanto, isso está garantido, portanto, não vejo onde é que está esse alarmismo das contas. Não tenho muito mais a dizer, não sei se o Vereador Ricardo, como tem a parte financeira quer dizer alguma coisa." -----



Vereador Ricardo Clemente: "Boa noite, a prestação de contas é composta de vários documentos que refletem a atividade da Câmara, no período anterior de um ano, todas e quaisquer operações estão ali refletidas. Além disso, acompanham os documentos uma análise técnica a fim de prestar uma melhor informação. A receita do município teve uma taxa de execução superior ao esperado, cento e treze por cento, como aqui já foi referido, da sua totalidade e deve-se essencialmente à receita de IMT tal e qual como já foi dito aqui também, foram arrecadados mais treze milhões de euros comparativamente ao ano anterior. Este fator contribui também para proporcionar um saldo orçamental mais elevado, cinquenta e um milhões de euros em dois mil e vinte e três. Com esta diferença de receita, não é possível no final do ano fazer refletir na despesa pelo desfasamento temporal e de só no final do ano existir um real apuramento dos resultados. Apesar das isenções e da cobrança de receita com taxas de valores mínimos, consegue-se uma boa execução orçamental acima do esperado, permitindo gerar também uma melhor saúde financeira. As isenções de ocupação da via pública, no período de inverno, a isenção do pagamento dada aos alunos de refeições e transporte escolares, a isenção dos direitos de passagem, a isenção da derrama, a isenção do valor do IRS correspondente ao Município, cinco por cento, e a cobrança taxa mínima de IMI, de zero ponto trinta por cento, permite fomentar o desenvolvimento local, gerando uma maior disponibilidade das famílias e nas empresas do concelho. E aqui já foi dito, inclusivamente pelo Senhor Presidente, representa cerca de doze milhões e meio de euros por ano. Albufeira é um dos Municípios do país, onde se pagam menos impostos e taxas, como aqui também já foi referido hoje. Do lado da despesa, verifica-se uma execução orçamental de setenta e dois por cento, da totalidade da despesa, sendo trinta e oito ponto sessenta e cinco, da despesa de capital e oitenta e três ponto oitenta e cinco da despesa corrente. Ao longo do tempo o Município tem vindo a aumentar a sua despesa corrente, muito por via do aumento da delegação de competências do Estado Central para autarquia, nomeadamente na Educação e Saúde, sendo referência o valor recebido e gasto na educação, pouco mais de quarenta milhões de euros de receita por um valor de despesa superior a nove milhões de euros. Em dois mil e vinte e dois, o valor da despesa de capital diminuiu face a dois mil e vinte e um. Isto por se tratar de um ano onde se programou novos projetos que agora aguardam fundos e empréstimos. Os efeitos da transição do saldo de tesouraria também aconteceram mais tarde que habitualmente sucede. O exercício de



dois mil e vinte e dois, teve a questão social como principal preocupação. Recordo que saídos da pandemia era ainda importante garantir os apoios sociais. As funções sociais representam quarenta e quatro por cento, do peso no orçamento, mais de trinta e sete milhões de euros. Ação social, habitação, apoio ao arrendamento, ensino superior, serviços de saúde, etc. O número de funcionários e a despesa com pessoal, consequentemente, aumentaram, também pela via de aumento de competências na autarquia. Representa uma despesa de vinte e cinco ponto oitenta e sete milhões de euros."-----

Domingos Coelho: "Já agora uma sugestão para o Senhor Presidente, e porque não reverter aquele projeto da escola profissional na facial, do qual parece que pouca gente acredita e reverter aquilo para um projeto habitacional naquele sítio. Muito obrigada."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia em exercício colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: sete (07) Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Luna Silva, Silvia Dias, Carla Vieira e André Lima.-----

Abstencões: três (03) Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

Votos a favor: catorze (14) Adriano Ferrão, Paolo Funassi, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Helena Simões, Carlos Vieira, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

Mónica Coimbra apresentou e leu declaração de voto. (Doc. n.º3 anexo a esta ata)-----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

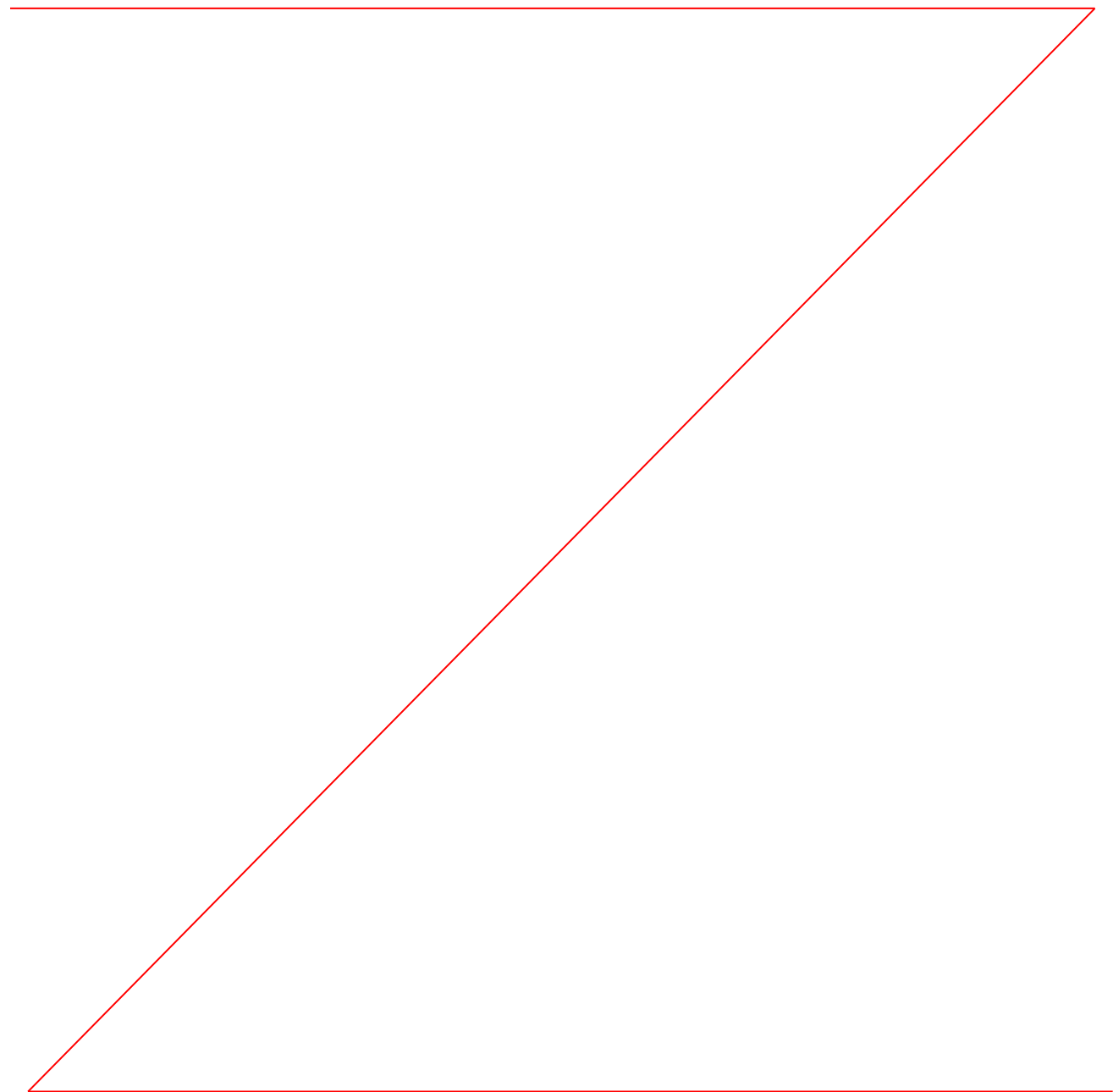
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, a Presidente da Assembleia em exercício deu por encerrada a sessão, cerca das 00:40 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei.-----

Albufeira, 28 de abril de 2023-----

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA (em exercício) _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

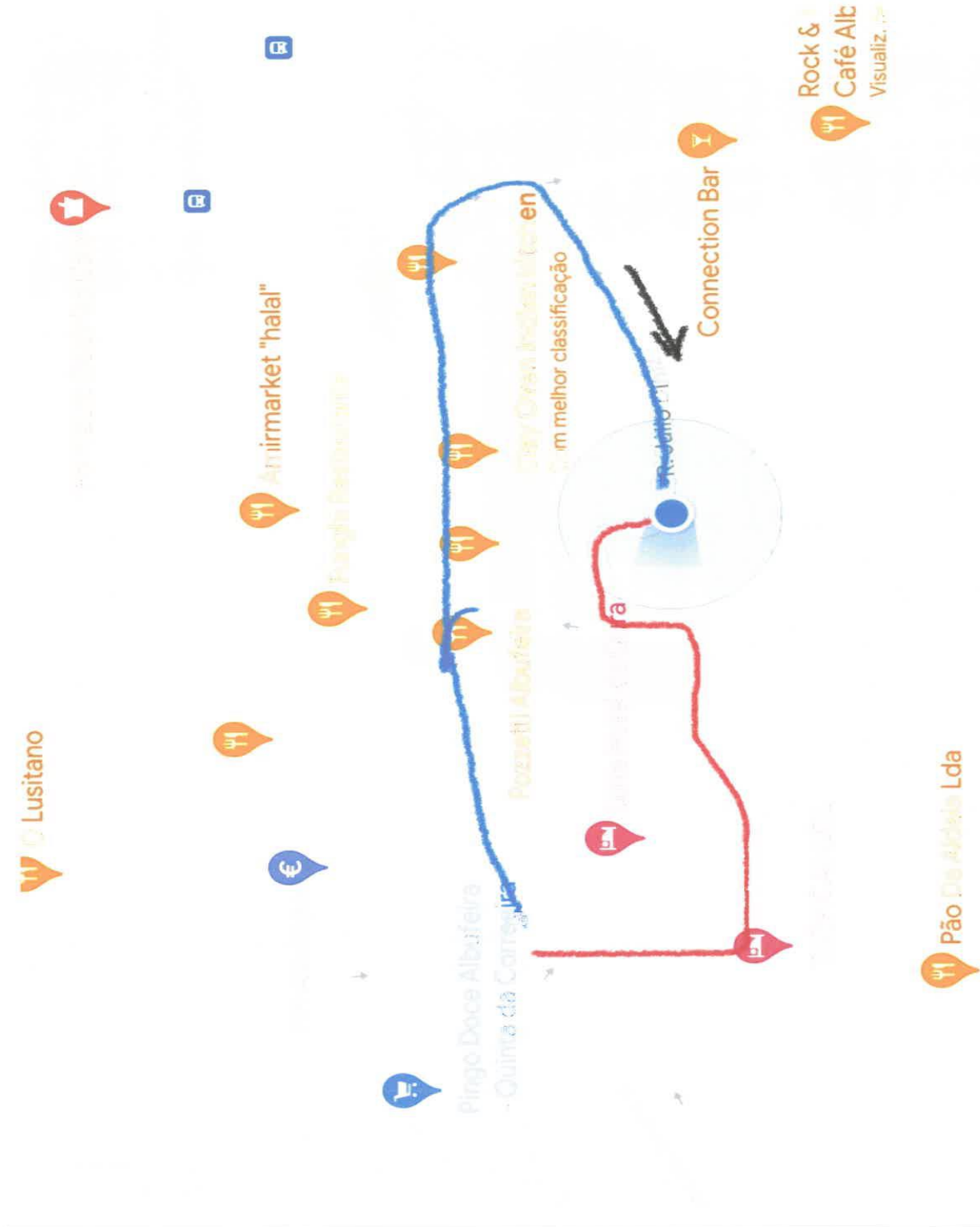
O SEGUNDO SECRETÁRIO _____





Doc. n.º 1





Recomendação ao Governo da República

Albufeira com meios de segurança pública e de emergência e socorro adequados todo o ano

Considerando que:

- 1- O concelho de Albufeira tem registados de acordo com os últimos censos de 2021, 44164 habitantes, porem que todos os indicadores apontam que nunca terá presente menos de 60000 pessoas, número que aumenta gradualmente com o chegar do verão, atingindo meio milhão de pessoas em permanência diariamente durante o mês de agosto;
- 2- O Algarve segundo o último relatório do INE, Estatísticas do Turismo, representa cerca de 30 % das dormidas nacionais e que Albufeira representa cerca 40 % das dormidas no Algarve, logo cerca de 12% das dormidas a nível nacional;
- 3- O Turismo gerou em 2022 em Portugal 22 mil milhões de euros de receitas, e que uma grande fatia dessa receita, com base no número de dormidas suprarreferidos, foi gerada em Albufeira;
- 4- Os concelhos vizinhos de Albufeira, com uma população efetiva semelhante e muito menos afluência turística, tem mais meios policiais humanos e materiais, tendo alguns destes, durante todo o ano uma força de intervenção policial rápida que marca presença frequente nas zonas de diversão noturna;
- 5- Segundo o recente Relatório Anual de Segurança Interna (IASI) o concelho de Albufeira, foi em 2022, no Algarve, o segundo concelho algarvio com mais participações criminais registadas, 3507;
- 6- Os recentes e trágicos acontecimentos em Albufeira, que culminaram com a lamentável morte de uma jovem de 19 anos, que poderia ter sido evitada com uma efetiva presença policial na rua do trágico acontecimento;
- 7- Albufeira está no presente a passar por uma falta de atenção por parte do Governo central, em matéria de segurança de bens e pessoas e meios de emergência e socorro;
- 8- Albufeira não pode ter a sua imagem de capital nacional do turismo manchada, a nível nacional e internacional pela falta de policias nas ruas;

- 9- Por tudo isto, Albufeira não pode esperar até julho pelo reforço de segurança de Verão, à semelhança de anos anteriores.

Recomenda-se ao Governo da República na pessoa do Exmo. Sr. Ministro da Administração Interna que:

- 1- Olhe para Albufeira com olhos de ver na matéria da segurança de pessoas e bens, e disponibilize já no decorrer do próximo mês de Maio, reforço policial significativo em meios humanos e materiais, com especial atenção para a sua presença diária nas zonas de diversão noturna, durante o horário de funcionamento dos bares e discotecas, e horários de fecho dos mesmos, nomeadamente na Av. Sá Carneiro Norte e Sul, Rua Victória, Rua Almeida Garret, Rua e Travessa Cândido dos Reis, Largo Eng. Duarte Pacheco e Av. 25 de Abril;
- 2- Redimensione os meios policíacos e os meios de emergência e socorro, humanos e materiais, presentes durante todo o ano em Albufeira, proporcionalmente à importância do Concelho enquanto destino turístico que regista cerca 12% das dormidas nacionais, e consequentemente gerador de uma muito significativa receita para o PIB nacional;
- 3- Reforce já no próximo mês de Maio, os meios de emergência e socorro em Albufeira no âmbito das suas competências, em coordenação com os Bombeiros Voluntários de Albufeira;
- 4- Desbloqueie de imediato o processo de requalificação/construção do novo posto de GNR dos olhos de água que se encontra por concretizar há pelo menos sete anos.

Que desta recomendação seja dado conhecimento ao Sr. Presidente da Assembleia da República, ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Primeiro Ministro, aos senhores deputados eleitos pelo círculo do Algarve e comunicação social em geral.



DECLARAÇÃO DE VOTO – Ponto 7
28 de Abril de 2023

Da análise que fizemos dos Documentos de Prestação de Contas do Município de 2022, constatamos mais uma vez, que a despesa com pessoal e a aquisição de serviços a terceiros continua a ser o calcanhar de Aquiles do Município, pois verificamos que não obstante terem sido contratados mais funcionários, tal facto não se repercute na diminuição na aquisição de serviços, pelo contrário é notório um aumento de pelo menos dois milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil e quinhentos e sessenta e um euros.

Relativamente, ao investimento constata-se um decréscimo acentuado relativamente ao ano 2021, em cerca de 58,34%.

Só em pessoal e aquisição de bens e serviços, o Município gasta mais de sessenta milhões de euros, ou seja, seis vezes mais do que investe na melhoria das infra-estruturas e equipamentos para a saúde e bem estar, de quem cá habita e de quem nos visita.

Este nível de despesa corrente, a maior parte fixa, não será comportável no curto/médio prazo e terão de ser tomadas, necessariamente medidas de contenção, o que recomendamos a redução efectiva de aquisição de serviços externos e, por outro lado, rentabilizar melhor os recursos humanos ao dispor motivando-os e coloca-los onde efectivamente são necessários.

Relativamente à receita, não deixa de ser verdade que os impostos directos, em particular o IMT tiveram um aumento acentuado no ano 2022, contudo à que ter cautela, pois tratam-se de impostos variáveis, sem previsão concreta dependendo sempre da conjuntura e das circunstâncias económicas.

Por outro lado verificamos também que as dívidas à autarquia continuam a ser uma realidade, ultrapassando os seis milhões de euros sem que hajam acções de cobrança eficazes para a sua recuperação.

Verificamos também que no âmbito da participação comunitária em projectos co-financiados, o valor recebido é manifestamente baixo, que os projectos apresentados não passam de um conjunto de intenções e que não têm na prática qualquer consequência ou benefício para o Município.

Temos visto ao longo deste mandato que a aposta nas candidaturas para os diferentes projectos que possam beneficiar o nosso concelho não são opção deste Executivo.

Por exemplo, foram rejeitadas algumas candidaturas que podiam ser muito benéficas para a imagem e reputação do nosso concelho, conforme consta na Informação Escrita do Sr. Presidente, trazida à sessão da Assembleia no passado dia 19 de Dezembro de 2022.

Em conclusão, pelo supra exposto, as contas não merecem a nossa aprovação.